

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	16
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	96
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	87.800
Preferenciais	0
Total	87.800
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.695
Preferenciais	0
Total	1.695

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.593.637	1.633.522
1.01	Ativo Circulante	1.310.029	1.373.394
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	310.546	89.591
1.01.03	Contas a Receber	372.582	618.613
1.01.04	Estoques	445.751	512.609
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.756	115.471
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	90.394	37.110
1.01.08.03	Outros	90.394	37.110
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	3.922	942
1.01.08.03.02	Adiantamentos Diversos	17.607	17.154
1.01.08.03.03	Créditos de Instrumentos Financeiros	34.980	2.801
1.01.08.03.04	Outros Créditos	33.885	16.213
1.02	Ativo Não Circulante	283.608	260.128
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	102.119	105.288
1.02.01.06	Tributos Diferidos	76.112	76.112
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	15.373	19.333
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.634	9.843
1.02.01.09.03	Outros Créditos	10.634	9.843
1.02.02	Investimentos	51.074	42.301
1.02.02.01	Participações Societárias	51.074	42.301
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	43.504	42.280
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	7.570	21
1.02.03	Imobilizado	60.252	56.597
1.02.04	Intangível	70.163	55.942

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.593.637	1.633.522
2.01	Passivo Circulante	828.319	757.441
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.939	25.647
2.01.02	Fornecedores	301.366	226.533
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.936	3.059
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	308.115	307.564
2.01.05	Outras Obrigações	57.463	59.894
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	957	806
2.01.05.02	Outros	56.506	59.088
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	22.299	22.299
2.01.05.02.04	Receita Diferida	29.852	32.651
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.355	4.138
2.01.06	Provisões	112.500	134.744
2.02	Passivo Não Circulante	192.289	189.771
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	129.159	100.000
2.02.02	Outras Obrigações	9.186	28.565
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.186	28.565
2.02.03	Tributos Diferidos	10.211	10.208
2.02.04	Provisões	43.733	50.998
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.497	15.213
2.02.04.02	Outras Provisões	26.236	35.785
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a Descoberto em Controladas	3.664	2.683
2.02.04.02.05	Outras Provisões	22.572	33.102
2.03	Patrimônio Líquido	573.029	686.310
2.03.01	Capital Social Realizado	389.000	389.000
2.03.02	Reservas de Capital	120.306	120.297
2.03.04	Reservas de Lucros	63.683	177.013
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-35.430	-35.430
2.03.04.10	Reserva de Lucros	99.113	212.443
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	40	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	405.694	1.352.442	615.084	1.740.496
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-298.629	-1.076.206	-454.228	-1.246.587
3.03	Resultado Bruto	107.065	276.236	160.856	493.909
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-88.835	-369.664	-144.452	-374.630
3.04.01	Despesas com Vendas	-79.876	-321.385	-130.505	-315.569
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.850	-58.179	-12.818	-77.344
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-18.193	-52.159	-11.555	-69.044
3.04.02.02	Remuneração do Administradores	-657	-6.020	-1.263	-8.300
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.053	7.475	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1.785	-656
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.838	2.425	656	18.939
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.230	-93.428	16.404	119.279
3.06	Resultado Financeiro	-13.308	-19.902	-3.287	-18.125
3.06.01	Receitas Financeiras	14.624	29.709	10.328	20.496
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.932	-49.611	-13.615	-38.621
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-15.314	-37.425	-14.359	-40.130
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-12.618	-12.186	744	1.509
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.922	-113.330	13.117	101.154
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-625	-24.819
3.08.02	Diferido	0	0	-625	-24.819
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.922	-113.330	12.492	76.335
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.922	-113.330	12.492	76.335
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0572	-1,3162	0,1436	0,8872
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0572	-1,3162	0,1436	0,8872

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	4.922	-113.330	12.492	76.335
4.02	Outros Resultados Abrangentes	38	40	0	0
4.02.01	Variação Cambial sobre investimento no exterior	38	40	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.960	-113.290	12.492	76.335

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	294.367	-137.566
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-39.324	123.997
6.01.01.01	Lucro(prejuízo) líquido do período	-113.330	76.335
6.01.01.02	Depreciação e amortização	20.377	15.090
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-2.425	-18.939
6.01.01.04	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	10.676	17.738
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	116	1.254
6.01.01.06	Provisão para estoques obsoletos	33.076	-3.680
6.01.01.07	Stock Options	9	402
6.01.01.08	Baixa de ativo imobilizado	1.574	1
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	24.819
6.01.01.11	Juros sobre empréstimos	17.576	10.977
6.01.01.12	Prêmio na integralização de capital	-6.973	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	333.691	-261.563
6.01.02.01	Contas a receber	245.915	-222.220
6.01.02.02	Estoques	33.782	-62.334
6.01.02.03	Impostos a recuperar	24.715	-36.047
6.01.02.04	Adiantamento diversos	-453	-5.799
6.01.02.05	Outros Ativos	-15.408	38.450
6.01.02.06	Fornecedores	74.833	-1.953
6.01.02.07	Contas a pagar e provisões	-32.557	22.759
6.01.02.08	Obrigações Tributárias	4.877	-2.507
6.01.02.09	Outros passivos	-2.013	8.088
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41.190	-31.548
6.02.01	Aquisição de investimentos	-1.495	-503
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-9.734	-15.972
6.02.03	Aumento do intangível	-29.961	-15.073
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-32.222	213.994
6.03.01	Captação de empréstimos	402.257	505.139
6.03.02	Captação de empréstimos junto ao BNDES	47.003	68.000
6.03.03	Amortização de empréstimos	-463.190	-335.331
6.03.04	Ações em tesouraria	0	643
6.03.05	Partes Relacionadas	-18.248	542
6.03.06	Pagamento de dividendos	0	-24.999
6.03.07	Integralização de capital em investida	-44	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	220.955	44.880
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.591	7.648
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	310.546	52.528

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.000	120.297	177.013	0	0	686.310
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	120.297	177.013	0	0	686.310
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-113.330	40	-113.290
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-113.330	40	-113.290
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	40	40
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-113.330	0	-113.330
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	9	0	0	0	9
5.06.01	Constituição de Reservas	0	9	0	0	0	9
5.07	Saldos Finais	389.000	120.306	177.013	-113.330	40	573.029

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.000	121.773	127.741	0	0	638.514
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	121.773	127.741	0	0	638.514
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-20.321	76.335	0	56.014
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.335	0	76.335
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-20.321	0	0	-20.321
5.05.02.06	Dividendos Adicionais 2009	0	0	-20.321	0	0	-20.321
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-608	1.653	0	0	1.045
5.06.04	Constituição de Reserva de Capital - Stock Options	0	402	0	0	0	402
5.06.05	Realização de Opções - Stock Options	0	-1.010	1.653	0	0	643
5.07	Saldos Finais	389.000	121.165	109.073	76.335	0	695.573

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.507.413	1.942.604
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.533.552	1.986.542
7.01.02	Outras Receitas	-26.023	-42.684
7.01.02.01	Devolução e descontos comerciais	-35.242	-45.195
7.01.02.02	Não Operacional	9.219	2.511
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-116	-1.254
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.271.281	-1.453.313
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.076.206	-1.246.587
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.179	-83.840
7.02.04	Outros	-114.896	-122.886
7.02.04.01	Comissões	-33.158	-37.665
7.02.04.02	Marketing	-81.738	-85.221
7.03	Valor Adicionado Bruto	236.132	489.291
7.04	Retenções	-20.377	-15.090
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.377	-15.090
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	215.755	474.201
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.134	39.435
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.425	18.939
7.06.02	Receitas Financeiras	29.709	20.496
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	247.889	513.636
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	247.889	513.636
7.08.01	Pessoal	131.695	137.234
7.08.01.01	Remuneração Direta	109.625	112.842
7.08.01.02	Benefícios	13.276	15.611
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.794	8.781
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	171.357	255.126
7.08.02.01	Federais	137.239	187.047
7.08.02.02	Estaduais	33.799	67.665
7.08.02.03	Municipais	319	414
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.167	44.921
7.08.03.01	Juros	37.425	40.130
7.08.03.02	Aluguéis	8.556	6.300
7.08.03.03	Outras	12.186	-1.509
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-113.330	76.355
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-113.330	76.355

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.724.891	1.632.470
1.01	Ativo Circulante	1.476.424	1.410.725
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	323.279	89.817
1.01.03	Contas a Receber	437.584	622.983
1.01.04	Estoques	510.153	541.192
1.01.06	Tributos a Recuperar	92.122	118.555
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	113.286	38.178
1.01.08.03	Outros	113.286	38.178
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	15.430	942
1.01.08.03.02	Adiantamento Diversos	28.541	18.192
1.01.08.03.03	Créditos de Instrumentos Financeiros	34.980	2.801
1.01.08.03.04	Outros Créditos	34.335	16.243
1.02	Ativo Não Circulante	248.467	221.745
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.464	87.128
1.02.01.06	Tributos Diferidos	79.739	77.193
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.725	9.935
1.02.01.09.03	Outros Créditos	10.725	9.935
1.02.02	Investimentos	2.968	4.660
1.02.03	Imobilizado	67.063	58.648
1.02.04	Intangível	87.972	71.309

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.724.891	1.632.470
2.01	Passivo Circulante	970.152	785.560
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	41.728	26.073
2.01.02	Fornecedores	382.331	249.953
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.366	4.385
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	339.644	308.021
2.01.05	Outras Obrigações	75.716	59.841
2.01.05.02	Outros	75.716	59.841
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	22.299	22.299
2.01.05.02.04	Receita Diferida	30.306	32.651
2.01.05.02.05	Partes Relacionadas	957	818
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	22.154	4.073
2.01.06	Provisões	121.367	137.287
2.02	Passivo Não Circulante	181.710	160.600
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	129.159	100.000
2.02.03	Tributos Diferidos	11.034	10.837
2.02.04	Provisões	41.517	49.763
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.796	15.512
2.02.04.02	Outras Provisões	23.721	34.251
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	573.029	686.310
2.03.01	Capital Social Realizado	389.000	389.000
2.03.02	Reservas de Capital	120.306	120.297
2.03.04	Reservas de Lucros	63.683	177.013
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-35.430	-35.430
2.03.04.10	Reserva de Lucro	99.113	212.443
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	40	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	490.893	1.464.138	618.354	1.736.924
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-373.376	-1.173.614	-454.944	-1.213.894
3.03	Resultado Bruto	117.517	290.524	163.410	523.030
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-98.079	-385.260	-148.900	-403.544
3.04.01	Despesas com Vendas	-84.967	-330.143	-132.665	-321.429
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.165	-62.592	-14.451	-81.541
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-19.508	-56.572	-13.188	-73.241
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-657	-6.020	-1.263	-8.300
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.053	7.475	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1.784	-574
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.438	-94.736	14.510	119.486
3.06	Resultado Financeiro	-15.685	-20.945	-2.205	-16.922
3.06.01	Receitas Financeiras	15.121	30.876	10.800	21.208
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.806	-51.821	-13.005	-38.130
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-15.516	-37.696	-14.379	-40.280
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-15.290	-14.125	1.374	2.150
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.753	-115.681	12.305	102.564
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.169	2.351	187	-26.229
3.08.01	Corrente	0	0	903	-1.594
3.08.02	Diferido	1.169	2.351	-716	-24.635
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.922	-113.330	12.492	76.335
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.922	-113.330	12.492	76.335
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.922	-113.330	12.492	76.335
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0572	-1,3162	0,1436	0,8872
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99.02.01	ON	0,0572	-1,3162	0,1436	0,8872

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.922	-113.330	12.492	76.335
4.02	Outros Resultados Abrangentes	38	40	0	0
4.02.01	Variação cambial sobre investimentos no exterior	38	40	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.960	-113.290	12.492	76.335
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.960	-113.290	12.492	76.335

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	280.439	-135.776
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-28.604	143.126
6.01.01.01	Lucro(prejuízo) líquido do período	-113.330	76.335
6.01.01.02	Depreciação e amortização	20.947	15.538
6.01.01.04	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	10.676	17.738
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	380	1.254
6.01.01.06	Provisão para estoques obsoletos	35.400	-3.754
6.01.01.07	Stock Options	9	402
6.01.01.08	Baixa de ativo imobilizado	1.574	1
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.351	24.635
6.01.01.10	Variação Cambial	468	0
6.01.01.11	Juros sobre empréstimos	17.623	10.977
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	309.043	-278.902
6.01.02.01	Contas a receber	185.019	-226.662
6.01.02.02	Estoques	-4.361	-65.043
6.01.02.03	Impostos a recuperar	26.433	-36.913
6.01.02.04	Adiantamento diversos	-10.349	-8.325
6.01.02.05	Outros Ativos	-15.811	38.441
6.01.02.06	Fornecedores	132.378	-3.354
6.01.02.07	Contas a pagar e provisões	-8.369	17.765
6.01.02.08	Obrigações Tributárias	4.981	-3.120
6.01.02.09	Outros passivos	-878	8.309
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.404	-31.592
6.02.01	Aquisição de investimentos	-1.495	-503
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-15.183	-16.010
6.02.03	Aquisição do Intangível	-32.726	-15.079
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.427	212.383
6.03.01	Captção de empréstimos	433.420	505.139
6.03.02	Captção de empréstimos junto ao BNDES	47.003	68.000
6.03.03	Amortização de empréstimos	-463.647	-335.331
6.03.04	Ações em tesouraria	0	643
6.03.05	Partes relacionadas	-14.349	-1.069
6.03.06	Pagamento de dividendos	0	-24.999
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	233.462	45.015
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.817	7.714
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	323.279	52.729

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.000	120.297	177.013	0	0	686.310	0	686.310
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	120.297	177.013	0	0	686.310	0	686.310
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-113.330	40	-113.290	0	-113.290
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-113.330	40	-113.290	0	-113.290
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	40	40	0	40
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-113.330	0	-113.330	0	-113.330
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	9	0	0	0	9	0	9
5.06.01	Constituição de Reservas	0	9	0	0	0	9	0	9
5.07	Saldos Finais	389.000	120.306	177.013	-113.330	40	573.029	0	573.029

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.000	121.773	127.741	0	0	638.514	0	638.514
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.000	121.773	127.741	0	0	638.514	0	638.514
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-20.321	76.335	0	56.014	0	56.014
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.335	0	76.335	0	76.335
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-20.321	0	0	-20.321	0	-20.321
5.05.02.06	Dividendos Adicionais 2009	0	0	-20.321	0	0	-20.321	0	-20.321
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-608	1.653	0	0	1.045	0	1.045
5.06.04	Constituição de Reserva de Capital - Stock Options	0	402	0	0	0	0	0	0
5.06.05	Realização de Opções - Stock Options	0	-1.010	1.653	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	389.000	121.165	109.073	76.335	0	695.573	0	695.573

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.625.109	1.948.272
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.652.032	1.993.936
7.01.02	Outras Receitas	-26.543	-44.410
7.01.02.01	Devolução e descontos comerciais	-35.778	-46.905
7.01.02.02	Não Operacional	9.235	2.495
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-380	-1.254
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.376.800	-1.426.192
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.173.614	-1.213.894
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.613	-88.382
7.02.04	Outros	-118.573	-123.916
7.02.04.01	Comissões	-33.897	-38.233
7.02.04.02	Marketing	-84.676	-85.683
7.03	Valor Adicionado Bruto	248.309	522.080
7.04	Retenções	-20.947	-15.538
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.947	-15.538
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	227.362	506.542
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.876	21.208
7.06.02	Receitas Financeiras	30.876	21.208
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	258.238	527.750
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	258.238	527.750
7.08.01	Pessoal	134.589	139.929
7.08.01.01	Remuneração Direta	111.489	114.644
7.08.01.02	Benefícios	14.141	16.347
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.959	8.938
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	175.735	266.257
7.08.02.01	Federais	140.785	195.418
7.08.02.02	Estaduais	34.616	70.411
7.08.02.03	Municipais	334	428
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.244	45.209
7.08.03.01	Juros	37.696	40.280
7.08.03.02	Aluguéis	9.424	7.079
7.08.03.03	Outras	14.124	-2.150
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-113.330	76.355
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-113.330	76.355



Comentário do Desempenho

Positivo Informática registra Lucro Líquido de R\$ 4,9 milhões no 3T11

Curitiba, 10 de novembro de 2011 – A Positivo Informática S.A. (BM&FBovespa: POSI3) anuncia hoje seus resultados do 3T11 e 9M11. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da Positivo Informática S.A. e estão apresentadas em IFRS e em Reais (R\$). As comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do 3T10 e 9M10.

DESTAQUES DO 3T11

- Crescimento de **33,9%** nas vendas de PCs sob as marcas **Positivo** e **Positivo BGH**:
 - ✓ **+13,5% no mercado de varejo;**
 - ✓ **+82,0% no mercado de governo;**
 - ✓ **+59,3% no mercado corporativo;**
 - ✓ **+131,0% em notebooks**, que representaram 72% das vendas de PCs do período;
- **EBITDA de R\$ 26,5 milhões e margem EBITDA de 5,4%;**
- Redução de **41 dias** no **ciclo de conversão de caixa**, totalizando **111 dias**;
- **Redução de R\$ 55,6 milhões na dívida líquida** em relação ao 2T11;
- **Lançamentos:**
 - ✓ **Positivo Ypy:** linha de *tablets* completamente desenvolvida com base em pesquisas com o consumidor brasileiro;
 - ✓ **Mundo Positivo:** ecossistema e loja virtual, com acesso a revistas e jornais nacionais, livros, filmes, jogos e aplicativos, como ferramentas de trabalho e redes sociais;
 - ✓ **Positivo 3D:** recurso para a conversão 2D-3D de fotos e vídeos, visualização e postagem de imagens em três dimensões, incorporado a notebooks e desktops a preços acessíveis.

Comentário do Desempenho

1) DESTAQUES FINANCEIROS

Demonstrações de Resultados (R\$ milhões)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Receita Bruta	701,9	628,1	542,9	-22,7	-13,6	1.993,9	1.652,0	-17,1
Receita Líquida	618,4	548,3	490,9	-20,6	-10,5	1.736,9	1.464,1	-15,7
Lucro Bruto	163,4	82,3	117,5	-28,1	42,8	523,0	290,5	-44,5
EBITDA	19,7	(81,9)	26,5	34,4	-132,4	135,0	(74,1)	-154,9

2) CONTEXTO ATUAL DA INDÚSTRIA DE PCs

O mercado brasileiro de PCs apresentou desempenho satisfatório no 3T11, mantendo sua trajetória de crescimento, motivado pela retomada das entregas ao segmento governamental e pelos bons volumes observados no mercado corporativo, principalmente destinados às pequenas e médias empresas (SMB). O mercado de varejo, por sua vez, iniciou o período com volumes modestos, em resposta à presença de estoques remanescentes do final do 2T11 no canal, bem como ao impacto do período de férias no giro dos produtos nas lojas. Posteriormente, foi verificada uma aceleração de vendas vinculadas ao evento do Dia dos Pais, a qual não foi suficiente para evitar a desaceleração no segmento no período. A partir de outubro, entretanto, o varejo brasileiro mostrou novos sinais de recuperação, impulsionado pela esperada sazonalidade de final de ano.

Na cadeia de suprimentos, o período foi marcado pela normalização dos preços de componentes que haviam registrado alta em função do terremoto do Japão, acompanhando a retomada da produção mundial desses insumos. Mais recentemente, no mês de outubro, alguns fabricantes de discos rígidos (HDDs) situados na Tailândia precisaram paralisar temporariamente a produção, devido a transtornos causados pelas enchentes que atingiram o país. Este evento tem afetado pontualmente os preços *spot* dos HDDs, bem como sua disponibilidade de entrega. Este insumo representa entre 5% e 10% do custo de um PC, dependendo de sua configuração, e a Tailândia é responsável por cerca de 40% da oferta mundial. Entretanto, para a companhia, os potenciais impactos de curto prazo estão sendo mitigados em função da detenção de estoques estratégicos deste componente, em volume suficiente para suportar a produção de PCs até o início de 2012.

No 3T11, a Positivo Informática direcionou esforços para manter sua trajetória de crescimento em volume de vendas no mercado de varejo brasileiro, bem como para capturar a expansão originada por empresas SMB, contribuindo para elevar em 53,8% as vendas para o mercado corporativo nos 9M11 em relação ao mesmo período de 2010. As vendas para clientes do governo brasileiro apresentaram recuperação, conforme esperado pela companhia, alcançando volume de 244,8 mil unidades nos primeiros nove meses do ano. A atual estimativa de entregas para o mercado doméstico de governo é de aproximadamente 380 mil PCs em 2011 e contempla 170 mil unidades do Programa Um Computador por Aluno (PROUCA), projeto que sofreu um deslocamento de volume estimado em cerca de 80 mil unidades para o ano de 2012.

Na Argentina, o mercado de PCs foi impulsionado por volumosas entregas de fabricantes locais para projetos de governo, bem como pela boa demanda no canal varejista. Apesar de sua fase *start-up*, a operação local tem apresentado excelentes resultados: os computadores Positivo BGH já são uns dos mais vendidos no mercado de varejo, e possuem uma carteira de entregas para o mercado de governo prevista para atingir 279 mil notebooks ainda em 2011.

Comentário do Desempenho

3) VOLUMES

No 3T11, foram registradas vendas de **698,6 mil** computadores sob as marcas Positivo e Positivo BGH, novo recorde trimestral, representando crescimentos de 33,9% e 34,2% em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente. No acumulado do ano, as vendas somadas já totalizam 1,610 milhão de PCs, crescimento de 12,8% em relação aos 9M10.

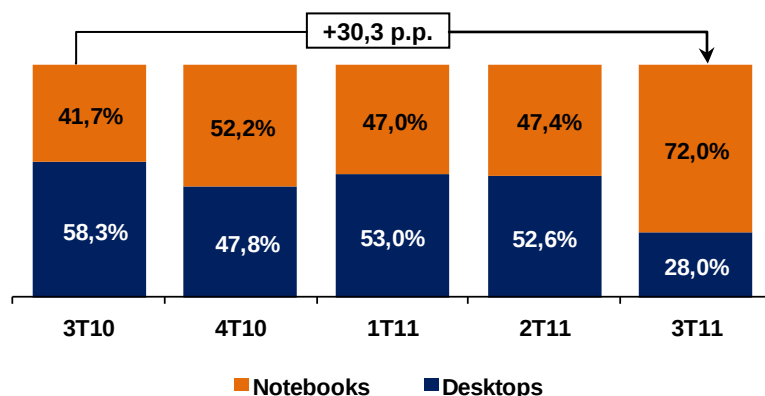
No período, ocorreu o início das entregas de laptops educacionais para o PROUCA, bem como foram reconhecidos os primeiros volumes de notebooks sob a marca Positivo BGH na Argentina, com presença tanto no varejo como no mercado de governo. Dessa forma, **as vendas de portáteis totalizaram 503,1 mil unidades, superando em 131,0% o volume do 3T10**. A boa performance com notebooks compensou o menor volume de desktops do período, derivado da baixa participação deste *form factor* na carteira de projetos de governo e da crescente proporção de comercialização de notebooks no mercado de varejo.

Volume de Vendas Hardware (unidades)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11x3T10	Var% 3T11x2T11	9M10	9M11	Var% 9M11x9M10
Pcs*	521.798	520.565	698.556	33,9	34,2	1.426.784	1.609.531	12,8
Desktops	304.004	273.765	195.499	-35,7	-28,6	890.186	676.196	-24,0
Notebooks	217.794	246.800	503.057	131,0	103,8	536.598	933.335	73,9
- Netbooks	25.036	6.327	231.724	825,6	3562,5	50.231	262.183	422,0
Canal*	521.798	520.565	698.556	33,9	34,2	1.426.784	1.609.531	12,8
Varejo	361.206	429.247	410.057	13,5	-4,5	995.007	1.138.328	14,4
Governo	144.023	69.159	262.110	82,0	279,0	381.070	393.236	3,2
Corporativo	16.569	22.159	26.389	59,3	19,1	50.707	77.967	53,8
Marca*	521.798	520.565	698.556	33,9	34,2	1.426.784	1.609.531	12,8
Positivo	521.798	520.565	507.223	-2,8	-2,6	1.426.784	1.418.198	-0,6
Positivo BGH	-	-	191.333	-	-	-	191.333	-

* Contempla o volume de 172.362 notebooks vendidos pela empresa argentina BGH S.A. sob a marca Positivo BGH.

Os notebooks registraram participação recorde nas vendas, respondendo por 72,0% do volume do 3T11, crescimento de 30,3 p.p. na comparação anual.

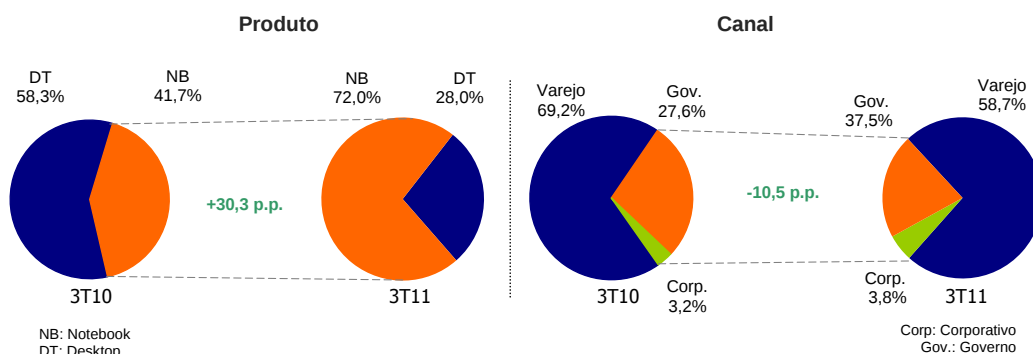
Participação dos Notebooks nas Vendas de PCs
(unidades)



Nos gráficos a seguir apresentamos a evolução do mix de vendas de PCs na comparação anual:

Comentário do Desempenho

Composição das Vendas de PCs no Trimestre (unidades)

**Varejo: 70,8% das vendas de PCs nos 9M11 – 1,138 milhão de PCs**

As vendas ao varejo totalizaram 410,1 mil PCs no 3T11, crescimento de 13,5% em relação ao 3T10. No Brasil, foi constatada certa desaceleração do mercado de varejo, o que inibiu um crescimento ainda maior de vendas. Ainda assim, o bom volume do período foi fruto dos esforços da companhia na execução de sua estratégia de vendas, que têm assegurado uma ampla exposição dos computadores Positivo nas principais redes varejistas, mesmo com a continuidade do acirrado ambiente competitivo. Também contribuiu para tal desempenho o rápido sucesso na introdução dos computadores Positivo BGH nas principais redes do varejo argentino, tornando-se uma das marcas mais vendidas no país desde seus primeiros meses de operação.

No acumulado do ano, as vendas ao varejo totalizam 1,138 milhão de unidades, crescimento de 14,4% em relação aos 9M10.

Governo: 24,4% das vendas de PCs nos 9M11 – 393,2 mil PCs

Foram entregues 262,1 mil PCs para clientes de governo no 3T11, representando crescimento de 82,0% em relação ao 3T10. O expressivo volume foi principalmente função do reconhecimento das primeiras entregas de laptops educacionais para o PROUCA, bem como de projetos similares sob a marca Positivo BGH na Argentina.

Para o ano de 2011, estima-se que as entregas a clientes de governo no Brasil totalizem cerca de **380 mil** unidades, sendo 170 mil unidades para o PROUCA. Este volume é ligeiramente inferior ao anteriormente previsto, de aproximadamente 400 mil PCs, em função de deslocamentos no cronograma de alguns projetos e de pedidos mais tardios do PROUCA, projeto para o qual se estima um volume postergado para 2012 de cerca de 80 mil unidades. Para o mercado argentino, está mantida a estimativa de volume de **279 mil** notebooks Positivo BGH para clientes de governo em 2011.

Corporativo: 4,8% das vendas de PCs no 9M11 – 78,0 mil PCs

No 3T11, a companhia vendeu 26,4 mil PCs no mercado corporativo, acumulando volume de 78,0 mil unidades nos 9M11, crescimento de 53,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além das vendas diretas para grandes empresas, a companhia está investindo para capturar o crescimento do mercado oficial no segmento de pequenas e médias empresas (SMB), já tendo formado parcerias com mais de 2 mil revendas em todo o país.

Comentário do Desempenho

4) PREÇOS MÉDIOS E RECEITAS

4.1) PREÇO MÉDIO

No 3T11, o preço médio em reais dos PCs apresentou redução de 19,5% em relação ao 2T11, influenciado principalmente pelas alterações no mix de vendas descritas a seguir, bem como pela redução da alíquota de ICMS promovida pelo Estado do Paraná nas vendas internas (de 18% para 7%) e interestaduais (de 12%¹ para 7%), aplicada a partir do mês de agosto.

Os desktops apresentaram redução de 12,5% em seus preços médios em reais em relação ao 2T11, refletindo a baixa concentração, no 3T11, do volume deste *form factor* nos mercados de governo e corporativo, em que normalmente são vendidos equipamentos com maiores configurações e serviços de pós-venda e prazo de garantia diferenciados.

Os notebooks registraram redução de 21,8% nos preços médios em reais na mesma comparação, primordialmente em função do reconhecimento de volumes relevantes de laptops educacionais de baixo custo para um projeto de governo. Expurgando-se as vendas de ultraportáteis, o preço médio em reais dos notebooks convencionais teria registrado redução de 8,3%, influenciado pela alteração na carga de ICMS mencionada e por uma maior proporção de marcas secundárias no mix de vendas.

Preço Médio				Var%	Var%			
Computadores Positivo	3T10	2T11	3T11	3T11 x 3T10	3T11 x 2T11	9M10	9M11	9M11 x 9M10
Dólar Médio do Período ⁽¹⁾	1,7472	1,5970	1,6381	-6,2	2,6	1,7797	1,6295	-8,4
PCs								
Em R\$	1.298,4	1.176,2	946,3	-27,1	-19,5	1.348,4	1.098,8	-18,5
Em US\$	743,1	736,5	577,7	-22,3	-21,6	757,6	674,3	-11,0
Desktops								
Em R\$	1.312,0	1.257,2	1.100,1	-16,1	-12,5	1.338,7	1.228,5	-8,2
Em US\$	751,1	786,9	671,2	-10,6	-14,7	751,7	753,7	0,3
Notebooks								
Em R\$	1.278,9	1.086,3	849,8	-33,6	-21,8	1.364,7	980,1	-28,2
Em US\$	731,7	680,6	519,0	-29,1	-23,7	767,6	601,7	-21,6
Notebooks convencionais								
Em R\$	1.319,0	1.093,3	1.002,7	-24,0	-8,3	1.399,4	1.062,0	-24,1
Em US\$	754,6	685,0	613,1	-18,8	-10,5	787,0	652,7	-17,1

¹ Considera apenas os computadores comercializados no mercado brasileiro.

² Cálculo da companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

4.2) RECEITA BRUTA

No 3T11, a receita bruta totalizou R\$ 542,9 milhões, reduções de 22,7% e 13,6% em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente, influenciada pelos menores preços médios dos PCs, conforme já mencionado. No acumulado do ano, a receita bruta totaliza R\$ 1,652 bilhão.

A receita bruta de R\$ 44,5 milhões apontada como "Outros" no 3T11 se refere, em sua maior parte, a insumos faturados para a produção de notebooks vendidos na Argentina pela BGH S.A. sob a marca Positivo BGH.

¹ Nas vendas interestaduais para estados das regiões Sul e Sudeste (ex-Espírito Santo), a alíquota de ICMS do Estado do Paraná foi reduzida de 12% para 7%. Para os demais estados, não houve alteração na alíquota de 7%.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta (R\$ milhões) ⁽¹⁾	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Receita Bruta Total	701,9	628,1	542,9	-22,7	-13,6	1.993,9	1.652,0	-17,1
Hardware Produto	691,4	617,6	533,2	-22,9	-13,7	1.954,4	1.623,2	-16,9
Desktops	398,9	344,2	215,1	-46,1	-37,5	1.191,7	830,7	-30,3
Notebooks	278,3	268,1	273,6	-1,7	2,0	731,6	737,2	0,8
- Netbooks	23,7	5,2	35,9	51,2	594,3	50,7	60,3	18,9
Outros	14,2	5,3	44,5	213,2	737,0	31,1	55,3	77,8
Hardware Canal	691,4	617,6	533,2	-22,9	-13,7	1.954,4	1.623,2	-16,9
Varejo	417,8	454,2	381,3	-8,7	-16,1	1.221,7	1.148,5	-6,0
Governo	244,3	129,8	121,7	-50,2	-6,2	651,5	368,2	-43,5
Corporativo	29,3	33,6	30,2	3,0	-10,1	81,3	106,5	31,0
Tecnologia Educacional	10,5	10,5	9,7	-7,4	-7,4	39,5	28,8	-27,0

¹As receitas relativas aos computadores Positivo BGH comercializados na Argentina pela Informatica Fueguina S.A. estão apresentadas na proporção da participação de 50% da Positivo Informática em seu capital social.

4.3) DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA BRUTA

As deduções da receita bruta, compostas por impostos e devoluções, totalizaram R\$ 52 milhões no 3T11. Em termos percentuais da receita bruta, as deduções representaram 9,6% no período, reduções de 2,3 p.p. e 3,1 p.p. em relação ao 3T10 e 2T11. Além dos efeitos da redução da carga de ICMS do Paraná a partir de agosto, que afetou ambas as comparações, a maior redução em relação ao 2T11 reflete também o crescimento da proporção de vendas diretas para clientes de governo - cuja incidência de PIS e COFINS é isenta. No acumulado do ano, as deduções representaram 11,4% da receita bruta.

4.4) RECEITA LÍQUIDA

Acompanhando a mesma tendência da receita bruta, a receita líquida totalizou R\$ 490,9 milhões no 3T11, reduções de 20,6% e 10,5% em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente. Nos 9M11, a receita líquida totalizou R\$ 1,464 bilhão.

Receita Líquida (R\$ milhões)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Receita Líquida Total	618,4	548,3	490,9	-20,6	-10,5	1.736,9	1.464,1	-15,7
Hardware Produto	608,5	537,9	481,4	-20,9	-10,5	1.700,1	1.435,9	-15,5
Desktops	355,9	300,5	194,9	-45,2	-35,1	1.052,0	736,5	-30,0
Notebooks	240,4	233,0	242,4	0,8	4,1	621,9	646,1	3,9
- Netbooks	19,7	4,5	33,8	71,2	656,2	41,3	55,2	33,6
Outros	12,2	4,5	44,1	261,6	882,2	26,2	53,4	104,1
Hardware Canal	608,5	537,9	481,4	-20,9	-10,5	1.700,1	1.435,9	-15,5
Varejo	351,5	395,5	339,5	-3,4	-14,1	1.045,4	1.008,7	-3,5
Governo	230,2	114,9	114,5	-50,3	-0,4	584,4	335,3	-42,6
Corporativo	26,8	27,5	27,3	2,0	-0,7	70,2	91,9	30,9
Tecnologia Educacional	9,8	10,4	9,5	-3,5	-8,7	36,9	28,2	-23,5

Comentário do Desempenho

5) DESEMPENHO FINANCEIRO

5.1) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV) E LUCRO BRUTO

Custo dos Produtos Vendidos (R\$ milhões)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Matéria Prima e Insumos	(406,8)	(384,2)	(349,0)	-14,2	-9,2	(1.088,7)	(1.032,1)	-5,2
Depreciação e Amortização	(1,9)	(2,5)	(2,5)	26,5	-3,3	(8,1)	(7,2)	-11,0
Outros	(46,2)	(79,2)	(21,9)	-52,5	-72,3	(117,1)	(134,2)	14,6
Total	(454,9)	(466,0)	(373,4)	-17,9	-19,9	(1.213,9)	(1.173,6)	-3,3

Custo dos Produtos Vendidos (Em % da Receita Líquida)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Matéria Prima e Insumos	65,8	70,1	71,1	+5,3 p.p.	+1,0 p.p.	62,7	70,5	+7,8 p.p.
Depreciação e Amortização	0,3	0,5	0,5	+0,2 p.p.	+0,0 p.p.	0,5	0,5	+0,0 p.p.
Outros	6,1	4,6	4,7	-1,3 p.p.	+0,1 p.p.	6,5	5,8	-0,7 p.p.
Total	72,2	75,2	76,3	+4,2 p.p.	+1,2 p.p.	69,6	76,7	+7,1 p.p.

O CPV representou 76,3% da receita líquida no 3T11, crescimentos de 4,2 p.p. e 1,2 p.p. em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente, refletindo primordialmente os efeitos da consolidação das operações da companhia no exterior. **Considerando-se a operação brasileira isoladamente, o CPV teria registrado 73,8% da receita líquida, redução de 1,4 p.p. em relação ao 2T11, influenciada pela melhora da estrutura de custos da companhia**, descritas a seguir, e pela normalização do custo de alguns insumos após a alta derivada do terremoto no Japão. Em relação ao 3T10, o crescimento de 1,2 p.p. no CPV da operação brasileira decorre principalmente do menor patamar de precificação praticado.

Insumos

No 3T11, a conta de matéria prima e insumos representou 71,1% da receita líquida, crescimentos de 5,3 p.p. e 1,0 p.p. em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente, em função da consolidação dos resultados das operações na Argentina, conforme já mencionado. Considerando-se unicamente a operação brasileira, os insumos teriam representado 68,9% da receita líquida, melhora de 0,8 p.p. em relação ao 2T11, principalmente em função da normalização do custo de alguns componentes, como memórias, tela LCD e ópticos, que haviam apresentado alta após o terremoto do Japão em março de 2011. O dólar médio para internalização de matéria prima no Brasil registrou R\$ 1,6144 no período, aumento de 1,4% em relação ao 2T11.

Outros

Os outros custos registraram R\$ 21,9 milhões no 3T11, reduções de 52,5% e 72,3% em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente. No período, novamente pôde ser constatada a evolução da estrutura de custos da companhia resultantes de esforços direcionados para captura de eficiência. As principais medidas implantadas que têm afetado esta conta são a verticalização de áreas internas de armazenagem, a reorganização das linhas de produção com adoção combinada de sistemas seriados e celulares, a racionalização do portfólio de produtos e a readequação do quadro de colaboradores.

Cumprir destacar que, no 3T11, foi registrado o menor patamar de custo com mão de obra em termos absolutos desde o 1T09, mesmo com o efeito dos três dissídios coletivos acumulados e das contratações para fazer frente às verticalizações de placas-mãe de notebooks, memórias e de gabinetes, às ampliações de linhas de produção e às inaugurações de plantas industriais.

Lucro Bruto

Comentário do Desempenho

O lucro bruto totalizou R\$ 117,5 milhões no 3T11 e correspondeu a uma margem bruta de 21,6%, reduções de 8,5 p.p. e 1,6 p.p. em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente.

5.2) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Despesas com Vendas	(129,5)	(149,6)	(85,0)	-34,4	-43,2	(321,4)	(330,1)	2,7
Despesas Gerais e Administrativas	(26,3)	(21,9)	(20,2)	-23,3	-7,9	(81,5)	(62,6)	-23,2
Resultado Financeiro	(2,2)	0,7	(15,7)	612,1	-2458,2	(16,9)	(21,0)	23,9
Outras Receitas (Despesas)	0,3	0,2	7,1	2543,7	2992,1	(0,6)	7,5	-1400,9
Total	(157,7)	(170,6)	(113,8)	-27,9	-33,3	(420,5)	(406,2)	-3,4

Despesas com Vendas

No 3T11, as despesas com vendas totalizaram R\$ 85,0 milhões, representando 17,3% da receita líquida, reduções de 3,6 p.p. e 10 p.p. em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente. Tais reduções refletem principalmente as menores despesas com assistência técnica e garantia no período e os efeitos da operação da companhia no exterior, em que o custo com insumos apresenta maior representatividade em relação às despesas, diluindo-as em termos de receita líquida.

Despesas com Vendas (R\$ milhões)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Marketing	(45,0)	(44,1)	(35,6)	-20,8	-19,1	(123,8)	(123,1)	-0,5
Assistência Técnica e Garantia	(49,8)	(83,6)	(27,9)	-43,9	-66,6	(115,5)	(143,1)	23,9
Depreciação e Amortização	(0,4)	(1,0)	(1,0)	154,5	1,8	(1,2)	(3,1)	166,8
Outros	(34,3)	(20,9)	(20,4)	-40,5	-2,3	(81,0)	(60,8)	-24,9
Total	(129,5)	(149,5)	(85,0)	-34,4	-43,2	(321,4)	(330,1)	2,7
% da Receita Líquida	20,9	27,3	17,3	-3,6 p.p.	-10,0 p.p.	18,5	22,5	+4,0 p.p.

Despesas com Vendas (Em % da Receita Líquida)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Marketing	7,3	8,0	7,3	-0,0 p.p.	-0,8 p.p.	7,1	8,4	+1,3 p.p.
Assistência Técnica e Garantia	8,1	15,2	5,7	-2,4 p.p.	-9,6 p.p.	6,6	9,8	+3,1 p.p.
Depreciação e Amortização	0,1	0,2	0,2	+0,1 p.p.	+0,0 p.p.	0,1	0,2	+0,1 p.p.
Outros	5,5	3,8	4,2	-1,4 p.p.	+0,3 p.p.	4,7	4,2	-0,5 p.p.
Total	20,9	27,3	17,3	-3,6 p.p.	-10,0 p.p.	18,5	22,5	+4,0 p.p.

Marketing

Os investimentos em marketing registraram R\$ 35,6 milhões no 3T11, correspondendo a 7,3% da receita líquida, estável na comparação anual. Em relação ao 2T11, esta conta apresentou redução de 0,8 p.p., principalmente decorrente da menor proporção da receita proveniente do mercado de varejo no período,

Comentário do Desempenho

em que usualmente se registram maiores despesas desta natureza, bem como do efeito da consolidação das operações na Argentina.

No 3T11, a Positivo Informática lançou sua linha de *tablets* **Positivo Ypy** e seu ecossistema **Mundo Positivo**. A linha de *tablets* foi completamente desenvolvida a partir de pesquisas com os brasileiros, desde o hardware e design ao sistema operacional totalmente em português. O Positivo Ypy estreou no mercado nacional oferecendo acesso ao Mundo Positivo, com revistas e jornais nacionais, livros, filmes, jogos e aplicativos, como ferramentas de trabalho e redes sociais. O modelo de negócios foi pensado para valorizar os conteúdos nacionais, com mais de 300 aplicativos em língua portuguesa disponíveis para download no Mundo Positivo. Através do Positivo Ypy, também é possível acessar os mais de 250 mil aplicativos oferecidos pelo **Android Market**.

Um dos diferenciais do Positivo Ypy é que ele já sai de fábrica com mais de 50 aplicativos pré-instalados e conta com teclado virtual totalmente em português, com teclas cedilha e "ponto br". São oferecidos dois modelos: o Positivo Ypy 7, de 7 polegadas, com sistema operacional Android 2.3.4 - a versão mais adequada para telas de 7 polegadas -, e o Positivo Ypy 10, de 9,7 polegadas, com Android 3.2 Honeycomb. Ambos possuem versões com conectividade Wi-Fi ou Wi-Fi+3G, com tela capacitiva multitoque de alta resolução e formato 4:3, ideal para o consumo de conteúdos digitais.



Ecossistema Mundo Positivo: aplicativos e games exclusivos para o brasileiro



Portal: com notícias, serviços, informações e suporte aos produtos da Positivo Informática, acessível a qualquer dispositivo.



Positivo Aplicativos: a loja de aplicativos é o lugar ideal para encontrar aplicativos móveis em português, desenvolvidos e adaptados para a *tablet* da Positivo Informática. São vários softwares de diversas categorias, muitos deles gratuitos.



Positivo Livros: para compra de livros digitais. O programa já vem instalado no *tablet*, com 10 livros disponíveis na estante, todos clássicos da língua portuguesa e que retratam a cultura brasileira.



Positivo Música: até o fim do ano, será possível adquirir músicas no Mundo Positivo e também organizar os álbuns favoritos. A qualidade do som é a mesma de um CD, e será possível carregar milhares deles na palma da mão. Pode ser usado no Positivo Ypy e nos computadores da marca Positivo.

Comentário do Desempenho



Positivo Conecta: aplicativo gratuito para PC para organizar o conteúdo de músicas e livros no seu computador. Também usado para transferir toda mídia para o Positivo Ypy.

Outro lançamento do período foram os computadores com o **Positivo 3D**, recurso criado para a conversão de fotos e vídeos 2D para 3D, além de visualização de fotos e vídeos 3D e postagem de fotos 3D na internet e nas redes sociais. O Positivo 3D possibilita também que o usuário assista a vídeos no canal Youtube 3D.



Para seu desenvolvimento, a companhia realizou pesquisa com pessoas entre 16 e 35 anos para identificar a percepção de valor e a qualidade 3D com óculos, bem como para averiguar a preferência por tipos de conteúdos e os modelos de óculos mais adequados. Os computadores têm preços sugeridos a partir de R\$ 999 e vêm acompanhados de óculos para visualização 3D.

Assistência Técnica e Garantia

Os recursos direcionados para assistência técnica e garantia totalizaram R\$ 27,9 milhões no 3T11, representando 5,7% da receita líquida, reduções de 2,4 p.p. e 1,8 p.p. em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente. No período, conforme previsto pela companhia, foi possível observar maiores efeitos das medidas em curso para racionalização dessas despesas. Entre as medidas para captura de eficiência em implementação, destaca-se a redução criteriosa do número de empresas credenciadas prestadoras de serviço de assistência técnica, que passou de cerca de 450 parceiros ao final do 3T10 para 235 no fechamento do 3T11, sem prejuízo à cobertura do serviço, o qual alcança a totalidade dos municípios brasileiros.

Despesas Gerais e Administrativas

No 3T11, as despesas gerais e administrativas registraram R\$ 20,2 milhões, reduções de 23,3% e 7,9% em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente, sendo o menor patamar em termos absolutos desde o 2T09. Tais melhoras decorrem dos contínuos esforços da companhia no controle e na contenção dessas despesas, com medidas implementadas principalmente a partir do final de 2010.

Em função da CPC04, foram contabilizados R\$ 2,6 milhões relacionados a projetos de pesquisa e desenvolvimento e a repasses obrigatórios ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) no 2T11, em cumprimento às normas do PPB. É importante mencionar que o cronograma de investimentos obrigatórios em P&D ao longo do ano é função do andamento dos projetos e não apresentam, desta forma, proporção uniforme em relação à receita bruta trimestral.

Gerais e Administrativas (R\$ milhões)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Pessoal e Remuneração dos Administradores	(9,5)	(10,2)	(7,1)	-24,8	-30,2	(30,2)	(26,5)	-12,2
Depreciação e Amortização	(2,8)	(3,3)	(3,5)	25,3	5,7	(6,0)	(10,0)	66,0
Outros	(14,0)	(8,4)	(9,5)	-32,1	13,8	(45,3)	(26,0)	-42,5
Total	(26,3)	(21,9)	(20,2)	-23,3	-7,9	(81,5)	(62,6)	-23,2
% da Receita Líquida	4,3	4,0	4,1	-0,1 p.p.	+0,1 p.p.	4,7	4,3	-0,4 p.p.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 15,7 milhões no 3T11, basicamente em função do reconhecimento de despesas com variação cambial, conforme descrito a seguir. A receita financeira totalizou R\$ 15,1 milhões, aumentos de 40,0% e 53,3% em relação ao 3T10 e 2T11, respectivamente, em função da maior posição de caixa carregada pela companhia durante o período. As despesas financeiras totalizaram R\$ 15,5 milhões, aumentos de 7,7% e 49,3% em relação ao 3T10 e 2T11, na mesma ordem, refletindo também o maior endividamento bruto mantido pela companhia.

A linha de variação cambial ficou negativa em R\$ 15,3 milhões, influenciada principalmente pela marcação a mercado de faturas em aberto expostas em dólar na data de 30/09/2011. Entre o início e o final do trimestre, a cotação do dólar apresentou valorização de 18,8%, encerrando o período a R\$ 1,8544, uma variação altamente concentrada na última quinzena de setembro. Cumpre salientar que o efeito caixa proveniente de variação cambial somente se realiza quando do efetivo vencimento das obrigações, e seu montante depende da taxa de câmbio vigente na data de amortização, que apresentou redução de 8,9% durante o mês de outubro.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Receitas Financeiras	10,8	9,9	15,1	40,0	53,3	21,2	30,9	45,5
Despesas Financeiras	(14,4)	(10,4)	(15,5)	7,7	49,3	(40,3)	(37,6)	-6,5
Variação Cambial ¹	1,4	1,2	(15,3)	-1216,3	-	2,2	(14,2)	-759,1
Total	(2,2)	0,7	(15,7)	612,1	-2458,2	(16,9)	(21,0)	23,9

¹ Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

No 3T11, a conta de outras receitas (despesas) operacionais registrou saldo positivo de R\$ 7,1 milhões, composto basicamente pelo aumento de capital na subsidiária Informática Fuego S.A. efetuado pela Amerton S.A., empresa do grupo BGH, fundamentado principalmente na valorização da maior escala de compras e nos conhecimentos em desenvolvimento de produtos e fornecedores pela companhia, que contribuem para a rentabilidade das vendas sob a marca Positivo BGH.

5.3) LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

O lucro líquido registrou R\$ 4,9 milhões no 3T11, revertendo o prejuízo líquido (sem ajustes) de R\$ 87,9 milhões registrado no 2T11. Analisando-se os dados ajustados, o lucro líquido registrou redução de 66,7% em relação ao 2T11, basicamente em função do reconhecimento de despesas com variação cambial no período, conforme mencionado.

5.4) EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 26,5 milhões no 3T11, representando uma margem EBITDA de 5,4%, crescimento de 3,8 p.p. na comparação anual. Em relação aos dados ajustados do 2T11, foi registrada recuperação de 4,5 p.p., refletindo a melhora da estrutura de custos da companhia no Brasil e a consolidação dos resultados de operações na Argentina.

Comentário do Desempenho

EBITDA (R\$ milhões)	3T10	2T11	3T11	Var% 3T11 x 3T10	Var% 3T11 x 2T11	9M10	9M11	Var% 9M11 x 9M10
Lucro (Prejuízo) Líquido	12,5	(87,9)	4,9	-60,8	-105,6	76,3	(113,3)	-248,5
(-) Depreciação e Amortização	(5,2)	(7,0)	(7,1)	35,7	1,7	(15,5)	(20,6)	32,6
(-) Resultado Financeiro	(2,2)	0,7	(15,7)	612,1	-2458,2	(16,9)	(21,0)	23,9
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	0,2	0,3	1,2	525,4	243,8	(26,2)	2,4	-109,0
EBITDA	19,7	(81,9)	26,5	34,4	-132,4	135,0	(74,1)	-154,9

5.5) ICMS e a Subvenção para Investimento

No 3T11, a companhia apurou R\$ 50,7 milhões como Subvenção para Investimentos, sendo: (i) R\$ 52,5 milhões considerados como resultado; R\$ 1,0 milhão contabilizado como passivo circulante; e (iii) na demonstração de resultado contábil também foi contabilizada a parcela de R\$ 2,8 milhões proveniente de amortização de receita diferida no passivo circulante até 30/06/2011.

3T11	Receita Diferida (Passivo)	Total da Conta em 30/06/2011*	Amortizada no 3T11	Retida no 3T11	Total da Conta em 30/09/2011*
	R\$ milhões	32,0	(2,8)	1,0	30,3
	Reconhecida no Resultado	Total Subvenção 2T11	Receita Diferida de Períodos Anteriores e Realizada no 3T11	Retida no 3T11	Total da Conta no 2T11*
	R\$ milhões	50,7	2,8	(1,0)	52,5

*Conforme apresentado à CVM

9M11	Receita Diferida (Passivo)	Total da Conta em 31/12/2010*	Amortizada no 9M11	Retida no 9M11	Total da Conta em 30/09/2011*
	R\$ milhões	32,7	(6,8)	4,5	30,3
	Reconhecida no Resultado	Total Subvenção 9M11	Receita Diferida de Períodos Anteriores e Realizada no 9M11	Retida no 9M11	Total da Conta no 9M11*
	R\$ milhões	169,4	6,8	(4,5)	171,7

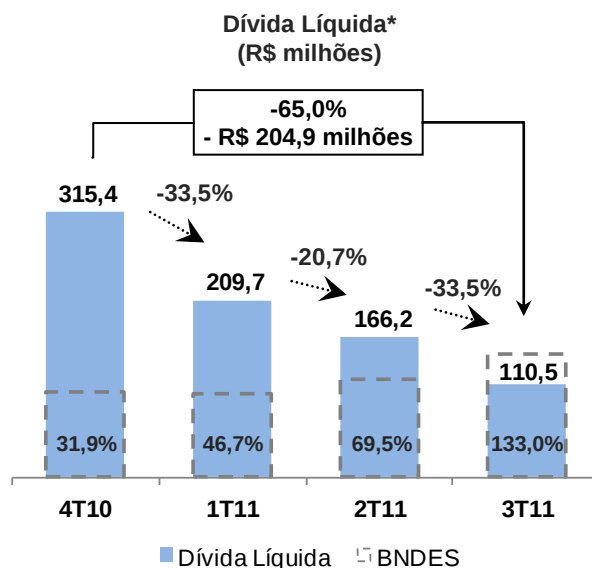
*Conforme apresentado à CVM

6) DÍVIDA LÍQUIDA

A maior geração de caixa no período permitiu nova redução do endividamento líquido da companhia, que registrou R\$ 110,5 milhões ao final do 3T11, redução de 33,5% em relação ao saldo de 30/06/2011. **Desde o início do ano, a redução da dívida líquida totaliza 65,0%, ou R\$ 204,8 milhões.**

Durante o 3T11, foram coletados R\$ 31,5 milhões relativos à última parcela do financiamento junto ao BNDES, totalizando o montante atualizado de R\$ 147,9 milhões captados juntos a esta instituição até 30/09/2011. Dessa forma, houve nova melhora no perfil do endividamento da companhia, com as linhas de longo prazo superando inclusive o endividamento líquido, como é possível visualizar no gráfico a seguir:

Comentário do Desempenho



*Inclui créditos de instrumentos financeiros

Para o final de 2011, espera-se que o endividamento líquido registre crescimento, devido ao consumo de caixa previsto para fazer frente às normais necessidades de capital de giro derivadas da sazonalidade de vendas do varejo.

7) CAPITAL DE GIRO

O capital de giro financeiro, composto pelos Estoques, Contas a Receber e Fornecedores, totalizou R\$ 565,4 milhões ao final do 3T11, reduções de R\$ 370,8 milhões e R\$ 84,4 milhões em relação ao saldo de fechamento do 3T10 e 2T11, respectivamente. **Ao final do trimestre, a porção dos estoques financiada por fornecedores atingiu 74,9%, aumento de 20,9 p.p. em relação ao saldo de 30/09/2010.**

Capital de Giro SEM Materiais em Trânsito (em dias – final do período)	3T10	4T10	1T11	2T11	3T11	Média
Contas a Receber ⁽¹⁾	92	95	104	91	81	93
Estoques ⁽²⁾	102	91	116	71	90	94
Fornecedores ⁽²⁾	(42)	(36)	(42)	(51)	(59)	(46)
Ciclo de Conversão de Caixa	152	150	178	111	111	141

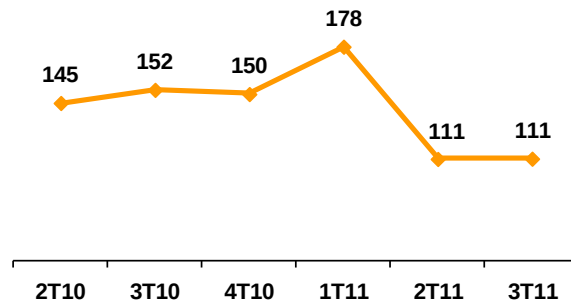
Capital de Giro COM Materiais em Trânsito (R\$ Milhões – final do período)	3T10	4T10	1T11	2T11	3T11
Contas a Receber	637,5	623,0	487,7	556,6	437,6
Estoques	650,8	541,2	491,4	461,8	510,2
Fornecedores	(352,0)	(250,0)	(216,7)	(368,6)	(382,3)
Capital de Giro	936,2	914,2	762,4	649,8	565,4

(1) Em dias da receita líquida ajustada

(2) Em dias do CPV

Comentário do Desempenho

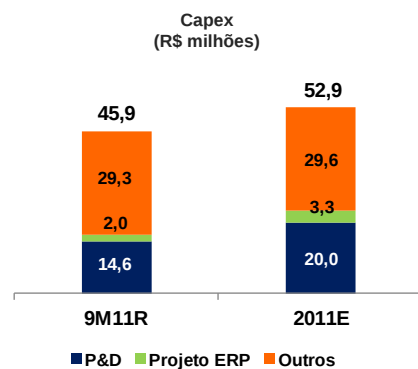
**Evolução do Ciclo de Conversão de Caixa
(em dias)**



8) INVESTIMENTOS

Foram investidos R\$ 14,6 milhões no 3T11, representados em grande parte por atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), tanto para a área de Tecnologia Educacional como para o desenvolvimento de novos produtos e conteúdos digitais, elegíveis como ativo intangível. No período, também foram reconhecidos outros investimentos relevantes, como a conclusão da verticalização das áreas internas de armazenagem na planta industrial de Curitiba (PR) e aquisições de imobilizado para a operação na Argentina.

Como já salientado na seção 5.2 – “Despesas Operacionais”, em função da CPC04, que regulamenta a contabilização de ativos intangíveis, uma parte dos gastos com pesquisa e desenvolvimento foi reconhecida como despesa no resultado, enquanto os desembolsos com projetos cuja expectativa de rentabilidade pode ser mensurada foram contabilizados como ativo intangível.



Para 2011, a estimativa atualizada é de que os investimentos totalizem R\$ 52,9 milhões. Adicionalmente, espera-se que a porção relativa a P&D elegível como ativo intangível some R\$ 20,0 milhões em 2011, e o restante dos investimentos desta natureza seja reconhecida como despesa no resultado ao longo do ano. Cumpre salientar que o investimento obrigatório em P&D é função do PPB (Processo Produtivo Básico) e deverá atingir o patamar de aproximadamente 1,5% da receita bruta da companhia em 2011, quando somados os valores reconhecidos como despesa no resultado e aqueles classificados como ativo intangível.

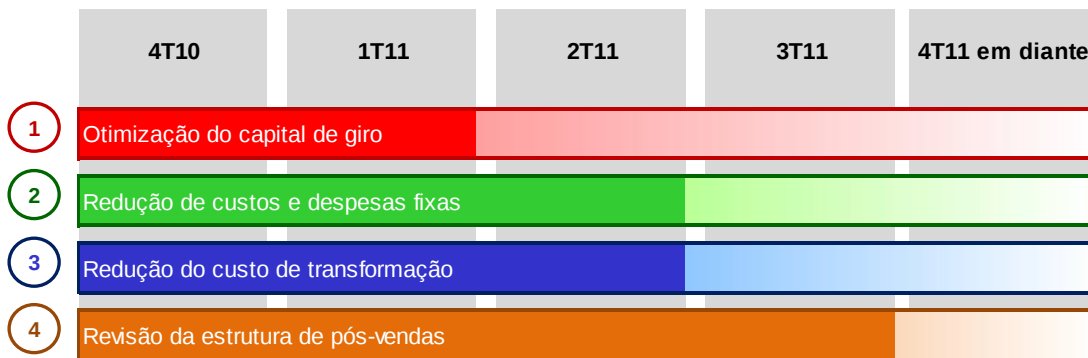
Comentário do Desempenho

9) AGENDA PARA CAPTURA DE EFICIÊNCIA

Conforme mencionado nas últimas divulgações de resultados da companhia, a Positivo Informática iniciou, ao final de 2010, a implementação de uma série de medidas focadas na melhora de sua eficiência operacional.

Tais ações se tornaram necessárias em função da mudança de patamar de rentabilidade da indústria brasileira de computadores nos últimos períodos e para a expectativa de uma acomodação em níveis ligeiramente acima da média observada em países desenvolvidos. Adicionalmente, a companhia atravessa um período de estabilização após um forte ciclo de expansão, em que buscou estrategicamente priorizar seu crescimento. Durante tal período, a Positivo Informática obteve reconhecido sucesso, registrando uma taxa média anual de crescimento de 90,8% entre 2003 e 2010, em volume de vendas. Como é natural em empresas em franca expansão, o crescimento acelerado gerou algumas oportunidades de captura de eficiência, que estão atualmente sendo priorizadas.

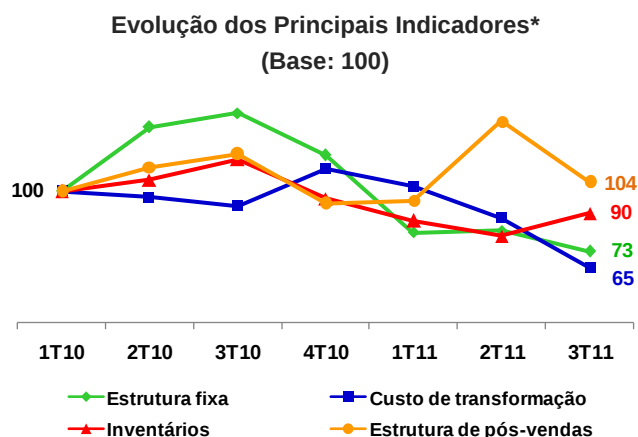
O quadro a seguir apresenta, de forma consolidada, os quatro principais grupos em que a companhia está centralizando esforços para captura de eficiência, com o prazo estimado de implementação. Cumpre ressaltar que algumas melhorias esperadas deverão ser observadas gradativamente nos períodos seguintes à implementação.



- 1) Otimização do capital de giro:** visa ao alcance de níveis adequados de inventários, evitando-se excedentes em estoque além do necessário à condução estratégica das atividades da companhia. É acompanhado por meio do montante registrado na conta de estoques da companhia;
- 2) Redução de custos e despesas fixas:** racionalização da estrutura fixa nas áreas administrativa, operacional e comercial. Acompanhado por meio da evolução de folha de pagamento e demais despesas gerais (aluguéis, serviços de terceiros, contingências, viagens, entre outros);
- 3) Redução do custo de transformação:** melhoria da eficiência do custo de mão de obra. Acompanhado por meio da folha de pagamento dos colaboradores alocados diretamente nas operações em relação ao volume de produção;
- 4) Revisão da estrutura de pós-vendas:** racionalização da rede de empresas credenciadas, melhora da eficiência da logística de peças para reparos, entre outros. Monitorado principalmente pela evolução das despesas com reparos, fretes de peças para reposição, recompra de equipamentos e litígios com clientes no mercado de varejo.

O gráfico a seguir mostra a mensuração do desempenho dos quatro grupos apresentados. No 3T11, a companhia registrou melhora em três dos quatro indicadores em relação ao 2T11, sendo que o aumento na linha de Inventários decorre da normal sazonalidade de vendas de varejo, concentradas no último trimestre do ano e que representam o maior volume da companhia.

Comentário de Desempenho



*Aplicável somente para a operação brasileira.

10) MERCADO DE CAPITAIS

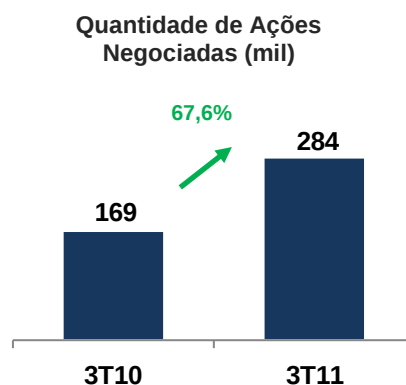
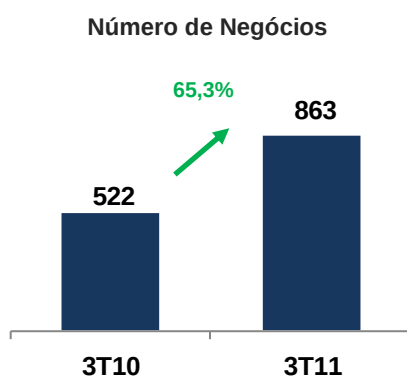
Performance das Ações

Em 30 de setembro de 2011, as ações da Positivo Informática estavam cotadas a R\$ 5,39, indicando um valor de mercado de R\$ 473,2 milhões. A tabela a seguir mostra a performance da POSI3 no 3T11.

Parâmetros	3T11
Cotação de Fechamento (R\$)	5,39
Cotação Mínima (R\$)	4,88
Cotação Máxima (R\$)	7,20
Variação POSI3	-25,1%

A POSI3 está presente na carteira de importantes índices, dentre eles o IBRX-100, composto pelas ações mais negociadas na BM&FBOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro.

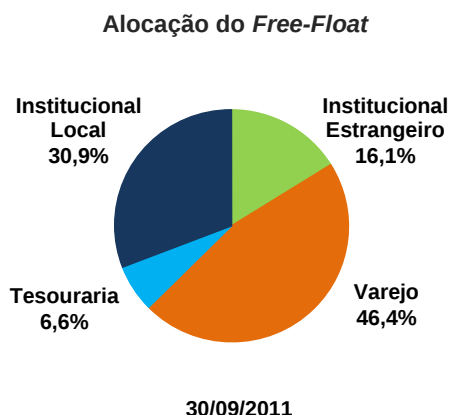
A liquidez da ação continua apresentando melhora. No trimestre, o número médio de negócios e a quantidade média negociada aumentaram respectivamente 65,3% e 67,6% quando comparadas com o 3T10.



Comentário do Desempenho

Alocação das Ações em Circulação

Em 30 de setembro de 2011, a companhia contava com cerca de 8,2 mil pessoas físicas em sua base acionária, detentoras de 46,4% das ações em circulação. Os investidores institucionais detinham 47,0% do *free-float*, conforme apresentado a seguir:



Do total de 87.800.000 ações ordinárias que representam o capital social, a companhia possui 1.695.508 ações em tesouraria, sendo 624.500 adquiridas para fazer frente ao programa de *stock option* para executivos, das quais 128.992 já foram exercidas até 30/09/2011. Adicionalmente, 600.000 são provenientes do programa de recompra, aprovado em 28/05/2008 e outras 600.000 foram adquiridas em 17/11/2008, como resultado dos contratos de opções de venda de ações da companhia.

Distribuição de Dividendos

Em 29 de abril de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de R\$ 22,3 milhões em dividendos referentes ao resultado de 2010, representando *payout* de 23,3% sobre o lucro líquido ajustado. O valor por ação será de R\$ 0,25897643, correspondendo a um *dividend yield* de 4,8%, com base na cotação de 30/09/2011. O pagamento será efetivado uma única parcela em 15 de dezembro de 2011, sem correção monetária.

Distribuição do Lucro (R\$ milhões)	Base 2010
Dividendos	22,3
JCP	-
Total	22,3
Payout	23,3%
Dividend yield com base na cotação de 30/09/2011: 4,8%	

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Positivo Informática S.A. (“Companhia”), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de cinco unidades no município de Curitiba – PR, uma unidade no município de Ilhéus – BA, duas controladas diretas, uma em Manaus – AM e outra em Ilhéus – BA, e uma controlada indireta em São Paulo – SP. Em dezembro de 2010 a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fueguina S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A., no Uruguai.

Tem como atividades preponderantes: a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores e softwares educacionais.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

As informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as informações contábeis intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Notas Explicativas

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas as controladas diretas Positivo Informática da Amazônia Ltda., Positivo Informática da Bahia Ltda., Crounal S.A., e indireta Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., foram consolidadas integralmente. Para o empreendimento controlado em conjunto, Informática Figueira S.A. foi utilizado o método de consolidação proporcional.

Notas Explicativas

	Participação %	
	30/9/2011	31/12/2010
Controladas Diretas		
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	100	100
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100	100
Crounal S.A.	100	-
Controlada Indireta		
Investida da Positivo Informática da Bahia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100	100
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fueguina S.A.	50	50

2.4. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.5.1. Venda de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

Notas Explicativas

- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.5.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.

A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

2.6. Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

2.6.1. A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de

Notas Explicativas

retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

2.7. Moeda estrangeira

Na elaboração das informações contábeis intermediárias de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

2.8. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.9. Subvenções governamentais

Subvenção para investimentos e para custeio: conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia goza de benefícios fiscais. A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao ICMS decorrentes da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;

Notas Explicativas

- Mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização.
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

A parcela decorrente da revenda de produtos, por ser uma subvenção para custeio, é computada ao resultado do exercício.

Tanto a subvenção para custeio quanto a subvenção para investimento são computadas no resultado como receita na conta “Impostos e Contribuições”.

2.10. Acordos de pagamentos baseados em ações

2.10.1. Transações de pagamentos baseados em ações da Companhia

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 29.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Opções Outorgadas Reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

2.11. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.11.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para

Notas Explicativas

imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Controladora e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.11.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações contábeis intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em “joint ventures”, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativo originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em um futuro previsível.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.11.3. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

2.12. Imobilizado

Notas Explicativas

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.13. Ativos intangíveis

2.13.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.13.2. Ativos intangíveis gerados internamente – gastos com desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

Notas Explicativas

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

2.13.3. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de

Notas Explicativas

caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.16.1. Garantias

As provisões para o custo esperado com a garantia de vendas locais são reconhecidas na data da venda dos respectivos produtos com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

2.16.2. Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 – Receita (equivalente ao CPC 30).

2.17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.18. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do

Notas Explicativas

reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

2.18.1. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.18.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

Notas Explicativas

- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado, o valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 28.

2.18.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

2.18.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas

Notas Explicativas

de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.18.5. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao

Notas Explicativas

envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência.

2.19. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

2.19.1. Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio

2.19.2. Instrumento de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.19.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.19.3.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

Notas Explicativas

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 28.

2.19.3.2. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.19.3.3. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui vários instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa nº 28 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo

Notas Explicativas

seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

2.21. Ajuste a valor presente

A Companhia efetua o cálculo do valor presente principalmente sobre os saldos de contas a receber e fornecedores. Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício, na rubrica de “Resultado financeiro”.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais. A taxa de desconto utilizada foi de aproximadamente 10% ao ano, a qual tem como fundamento e premissa a taxa média publicada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Distribuidoras - “ANBID”.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas, emitidas e revisadas a seguir:

Notas Explicativas

Modificações à IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais ¹
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs ²
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros ²
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos Financeiros ³
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos – recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 ⁷
Modificações à IAS 32	Classificação de Direitos ⁵
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento ⁴

Melhorias às IFRSs emitidas em 2010 ⁶

¹ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010.

² Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

³ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

⁴ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

⁵ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.

⁶ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010 e 1º de janeiro de 2011, conforme aplicável.

⁷ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

- A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Notas Explicativas

- O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia para o período anual com início em 1º de janeiro de 2013 e que a adoção da nova Norma tenham um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

As modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém o transferidor retém certo nível de exposição contínua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração da Companhia não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Companhia relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas (ver nota explicativa nº 5). No entanto, caso a Companhia realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

As modificações a IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Companhia não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações. No entanto, caso a Companhia adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações à IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

As Modificações da IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - Income Taxes

Notas Explicativas

denominada Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - Investment Property, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

Modificação da IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs) que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. As modificações substituem a data fixa de aplicação prospectiva de 1º de janeiro de 2004 para a data de transição para as IFRSs, de forma que os adotantes pela primeira vez das IFRSs não tenham de aplicar os requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais fontes de incertezas nas estimativas

Notas Explicativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1.1. Recuperação de ativo intangível gerado internamente

Durante o exercício, a Administração revisa a recuperação do ativo intangível da Companhia gerado internamente, oriundo de vários projetos, não tendo identificado a necessidade de reconhecimento de provisões para perda na recuperação dos referidos intangíveis nos anos de 2011 e 2010.

3.1.2. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 30 de setembro de 2011 é de R\$14.173 (R\$14.173 em 31 de dezembro de 2010) e pela avaliação da Administração não foi necessário registrar provisão para perda do valor recuperável nos anos de 2011 e 2010. Os detalhes do cálculo da perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 13.b.

3.1.3. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.12, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório.

3.1.4. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 28, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2. Conversão para moeda de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os resultados e os balanços patrimoniais das investidas no exterior são convertidos para a moeda de apresentação por meio dos seguintes procedimentos:

- a) Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do respectivo balanço;

Notas Explicativas

- b) O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio inicial durante o período corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas;
- c) As receitas e despesas para cada demonstração do resultado são convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações;
- d) As variações cambiais resultantes dos itens (a), (b) e (c) acima são reconhecidas na conta de ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Caixa	-	3	-	3
Bancos	21.331	6.709	34.064	6.935
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	289.215	82.879	289.215	82.879
	<u>310.546</u>	<u>89.591</u>	<u>323.279</u>	<u>89.817</u>

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
A vencer	293.187	441.886	351.085	446.060
Vencidos até 30 dias	12.109	53.795	16.127	53.839
Vencidos de 31 a 60 dias	10.381	15.233	13.608	15.233
Vencidos de 61 a 90 dias	8.615	31.956	8.789	32.107
Vencidos de 91 a 180 dias	19.920	46.786	20.041	47.095
Vencidos de 181 a 360 dias	15.535	25.833	15.738	25.853
Vencidos há mais de 361 dias	23.215	15.965	23.425	15.966
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.818)	(7.702)	(8.156)	(7.776)
(-) Ajuste a valor presente	(2.562)	(5.139)	(3.073)	(5.394)
	<u>372.582</u>	<u>618.613</u>	<u>437.584</u>	<u>622.983</u>

5.1. Contas a receber de clientes

Os saldos vencidos referem-se substancialmente à venda de mercadorias a órgãos públicos, cujo recebimento depende de processo interno de aprovação de pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e nunca trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos e por esse motivo nenhuma provisão foi registrada. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no período findo em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 44.736 (R\$ 144.215 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

No período findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia não possui contratos de cessão de crédito para antecipação de recebíveis. O montante da antecipação em aberto em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 185.223, que foi registrado na rubrica de empréstimos e financiamento e liquidado de acordo com o vencimento das faturas.

No período findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia possui R\$ 12.189 (R\$ 14.380 em 31 de dezembro de 2010) referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, dos quais R\$ 5.607 registrados no contas a receber de curto prazo (R\$ 13.504 em 31 de dezembro de 2010). O montante de R\$ 6.582 (R\$ 877 em 31 de dezembro de 2010) foi registrado no longo prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

O período médio de crédito na venda de produtos é de 60 dias, exceto determinadas vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 84% do montante a receber em 30 de setembro de 2011, cerca de 82% em 31 de dezembro de 2010), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. Em 30 de setembro de 2011 o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 8.156 (R\$ 7.776 em 31 de dezembro de 2010).

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Até 30 dias	12.109	53.795	16.127	53.839
31 a 60 dias	10.381	15.197	13.273	15.197
61 a 90 dias	8.615	31.816	8.789	31.902
91 a 180 dias	19.910	46.501	20.031	46.804
181 a 360 dias	15.322	24.207	15.522	24.225
acima de 361 dias	15.620	10.350	15.830	10.350
	<u>81.957</u>	<u>181.866</u>	<u>89.572</u>	<u>182.317</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	7.702	6.603	7.776	6.607
Constituição/(Reversão) líquida sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida	116	1.099	380	1.169
	<u>7.818</u>	<u>7.702</u>	<u>8.156</u>	<u>7.776</u>

Notas Explicativas

6. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Materiais	279.433	373.710	313.596	385.576
Produtos	116.976	127.458	123.223	129.796
Importações em andamento	111.036	46.261	137.035	59.208
Adiantamentos a fornecedores	11.751	1.117	11.901	1.117
Licenças de uso	2.263	6.695	2.528	8.225
Provisão para estoques	(75.708)	(42.632)	(78.130)	(42.730)
	<u>445.751</u>	<u>512.609</u>	<u>510.153</u>	<u>541.192</u>

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica. A administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses. A Administração melhorou suas estimativas para cálculo e registro da referida provisão conforme descrito na nota 23.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
ICMS	33.030	38.460	33.172	38.648
COFINS	19.870	36.949	20.057	37.036
Imposto de renda	18.305	17.301	18.335	18.687
Contribuição social	7.266	8.949	7.852	10.439
PIS	5.277	8.568	5.318	8.598
IPI	4.262	4.240	4.268	4.246
Outros impostos a recuperar	2.746	1.004	3.120	901
	<u>90.756</u>	<u>115.471</u>	<u>92.122</u>	<u>118.555</u>

ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- (i) Lei Estadual nº. 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
- (ii) Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011).
- (iii) Decreto Estadual nº 1922/2011 entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2011, revogando o Artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.375/2002 e concede crédito

Notas Explicativas

presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos comercializados pela Companhia.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia registrou o montante de R\$ 161.755 (R\$ 182.876 em 30 de setembro de 2010), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda – Impostos e Contribuições, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 29.852 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 32.651 em 31 de dezembro de 2010), que será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014.
- Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.
- Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

A Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo aumente em montante superior à capacidade de sua realização.

Notas Explicativas

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Despesa antecipada (a)	19.802	14.163	19.802	14.163
Arrendamento mercantil financeiro (b)	6.582	877	6.582	877
Depósitos judiciais	7.882	4.862	7.928	4.906
Empréstimos concedidos (c)	8.240	3.332	8.240	3.332
Juros a apropriar	-	1.792	-	1.792
Outros	2.013	1.030	2.508	1.108
	44.519	26.056	45.060	26.178
Parcela no circulante	33.885	16.213	34.335	16.243
Parcela no não circulante	10.634	9.843	10.725	9.935

- a) Em 30 de setembro de 2011 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda e publicidade, no valor de R\$ 17.997 (R\$ 14.163 em 31 de dezembro de 2010), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização deverá ocorrer até 2013 e contabilizou o ajuste a valor presente sobre o saldo.
- b) No período findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia possui R\$ 12.189 (R\$ 14.380 em 31 de dezembro de 2010) referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, dos quais R\$ 5.607 foram registrados no contas a receber de curto prazo (R\$ 13.504 em 31 de dezembro de 2010). O montante de R\$ 6.582 (R\$ 877 em 31 de dezembro de 2010) foi registrado no longo prazo.
- c) A Companhia realizou operações de mútuo com a BGH Uruguay S.A., que faz parte do grupo com o qual a Companhia compartilha o controle da Informática Figueira S.A.. A remuneração da transação é de variação do dólar norte-americano mais 1,5% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2011.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais

	Controladora (BR GAAP)							
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	108	440 (a)	-	1	512	61 (f)	-	-
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	211	200 (a)	-	-	107	107	-	1.098
Editora Positivo Ltda.	3.544	256 (a)	3	28 (d)	5.850	5.064 (c)	372	365 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	59	46 (a)	149	148	58	115 (b)	543	572 (b)
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	805	582 (e)	-	-	6.219	5.014 (e)
Central administrativa	-	-	-	47	-	-	3.507	2.338 (j)
	3.922	942	957	806	6.527	5.347	10.641	9.387
Não circulante								
Positivo Informática da Bahia Ltda.	15.373	14.805 (k)	-	-	-	-	-	-
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	-	4.528 (g)	9.186	28.565 (i)	4.551	16.295 (h)	18.756	118.616 (i)
	15.373	19.333	9.186	28.565	4.551	16.295	18.756	118.616
	19.295	20.275	10.143	29.371	11.078	21.642	29.397	128.003

Notas Explicativas

a) Venda de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes. A Companhia realiza vendas de micro computadores para todas as partes relacionadas.

Gráfica e Editora Posigraf S.A.

b) Produtos e serviços gráficos

Referem-se às compras de produtos e serviços gráficos e venda de computadores e equipamentos de informática produzidos pela Companhia.

Editora Positivo Ltda.

c) Direitos autorais

Os Direitos Autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos aos sítios na internet denominados “Portal Positivo” e “Portal Aprende Brasil”, aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

A Companhia disponibiliza o acesso ao “Portal Positivo” para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao “Portal Aprende Brasil” para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

Conforme contratos independentes, a Companhia recebe remuneração específica pelo acesso ao “Portal Positivo” no montante de R\$ 4.638 por ano, dividida em doze parcelas mensais, e pelo acesso ao “Portal Aprende Brasil” de R\$ 2.861 por ano, dividida em quatro parcelas trimestrais.

d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais. Estes serviços editoriais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

Rosch Administradora de Bens Ltda.

e) Aluguel

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 802. O valor é reajustado anualmente conforme aditivos contratuais e em função de ampliação das áreas construídas proporcionando aumento da capacidade produtiva, benfeitorias realizadas pela locadora e extensão do prazo de contrato de locação.

Notas Explicativas

Centro de Estudos Superiores Positivo

f) Convênio

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

Positivo Informática da Amazônia Ltda.

g) Mútuo

A Companhia mantém operações de mútuo com a Positivo Informática da Amazônia Ltda., com finalidade de capital de giro sem prazo definido para encerramento. Nos exercícios de 2011 e 2010 não houve cobrança de encargos sobre os saldos.

h) Venda

A Controladora mantém vendas para as Controladas de insumos para produção.

i) Compra

A Controladora mantém compra de produtos acabados da Controlada para posterior revenda a clientes.

Central Administrativa

j) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda.. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

Positivo Informática da Bahia Ltda.

k) Mútuo

A Companhia realizou operações de mútuo com a Positivo Informática da Bahia Ltda. com a finalidade de viabilizar a aquisição da Boreo Equipamentos de

Notas Explicativas

Informática Ltda., e cumprir com todas as obrigações de suas controladas. Nos exercícios de 2011 e 2010 não houve a cobrança de encargos sobre o saldo e não foi firmado prazo para encerramento.

Partes relacionadas não consolidadas

O saldo consolidado a receber no período findo em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 15.430 (R\$ 942 em 31 de dezembro de 2011) e refere-se a transações de compra e venda de produtos e insumos que Companhia e suas controladas mantém com partes relacionadas não consolidadas.

Remuneração da Administração

O montante reconhecido até 30 de setembro de 2011, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 6.020 (R\$ 8.300 em 30 de setembro de 2010). A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2011 aprovou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 11.000 (R\$ 14.900 no exercício de 2010).

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Controladora (BR GAAP)		Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Benefícios de curto prazo	6.014	8.300	654	1.263
Pagamento baseados em ações	6	-	3	-
	6.020	8.300	657	1.263

10. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Participações em controladas (a)	40.536	37.620	-	-
Outros investimentos	2.968	4.660	2.968	4.660
	43.504	42.280	2.968	4.660

a) Participação em controladas

A Companhia constituiu em 06 de dezembro de 2007 a controlada direta, Positivo Informática da Amazônia Ltda., cuja operação foi iniciada em outubro de 2008, com objeto social igual ao da controladora. Todo processo decisório é centralizado e os serviços financeiros, administrativos, contábeis e de controle são realizados pela Controladora.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o capital social da Positivo Informática da Amazônia Ltda. é de R\$ 8.100.

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010
Saldo do investimento no início do exercício	37.620	16.017
Resultado de equivalência patrimonial	2.916	21.603
Saldo do investimento no final do período	40.536	37.620

Em 08 de abril de 2008 a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social da Positivo Informática da Bahia Ltda. é de R\$ 10.

	Controladora (BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010
Saldo do investimento no início do exercício	(2.683)	10
Resultado da equivalência patrimonial	(825)	(2.693)
Saldo da provisão para passivo a descoberto/investimento no final do período	(3.508)	(2.683)

Em fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo – Uruguai. O capital social desta controlada é de R\$ 1.

	Controladora (BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010
Saldo do investimento no início do período	-	-
Integralização de capital	1	-
Resultado da equivalência patrimonial	(137)	-
Ajuste acumulado de conversão	(20)	-
Saldo da provisão para passivo a descoberto/investimento no final do período	(156)	-

11. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO EM CONJUNTO (“JOINT VENTURE”)

Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma Joint Venture com a empresa argentina BGH Sociedad Anónima (“BGH”), a qual terá por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (desktops, notebooks, all-in-ones, e-books e tablets) na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da Joint Venture, a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Fueguina S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. O valor pago na aquisição foi de R\$ 21 sem pagamento de ágio.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia registrou um ganho decorrente de prêmio na integralização de capital, realizada pelo outro acionista – BGH Argentina, no empreendimento controlado em conjunto, Informática Fueguina S.A., registrado na conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010
Saldo do investimento no início do período	21	-
Integralização de capital e prêmio na integralização	7.017	21
Resultado da equivalência patrimonial	472	-
Ajuste acumulado de conversão	60	-
Saldo do investimento no final do período	7.570	21

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Valores contábeis de :					
Máquinas e equipamentos	10%	31.015	31.044	35.066	31.577
Benfeitorias s/ imóvel locado	10%	11.645	8.612	12.155	9.146
Hardware	20%	6.191	6.417	6.449	6.675
Móveis e utensílios	10%	3.634	3.656	3.808	3.729
Instalações industriais	10%	2.404	2.527	2.565	2.705
Edificações	5%	1.713	1.773	1.713	1.773
Outros imobilizados	10%	3.650	2.568	5.307	3.043
		60.252	56.597	67.063	58.648

Controladora (BR GAAP)							
	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias s/ imóvel locado	Hardware	Móveis e utensílios	Instalações industriais	Edificações	Outros imobilizados
Custo	37.766	10.328	11.780	5.345	3.413	2.000	2.568
Custo do imobilizado em 31/12/2010	37.766	10.328	11.780	5.345	3.413	2.000	2.568
Adições	2.865	3.857	1.378	388	137	-	1.109
Baixa	-	-	-	-	-	-	(26)
Custo do imobilizado em 30/09/2011	40.631	14.185	13.158	5.733	3.550	2.000	3.651
Depreciação acumulada a redução ao valor recuperável							
Depreciação acumulada em 31/12/2010	(6.722)	(1.716)	(5.363)	(1.689)	(886)	(227)	-
Despesas de depreciação	(2.894)	(824)	(1.604)	(410)	(260)	(60)	(1)
Depreciação acumulada em 30/09/2011	(9.616)	(2.540)	(6.967)	(2.099)	(1.146)	(287)	(1)
Valor líquido do imobilizado em 30/09/2011	31.015	11.645	6.191	3.634	2.404	1.713	3.650

Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias s/ imóvel locado	Hardware	Móveis e utensílios	Instalações industriais	Edificações	Outros imobilizados
Custo	38.441	10.880	12.184	5.438	3.638	2.000	3.043
Custo do imobilizado em 31/12/2010	38.441	10.880	12.184	5.438	3.638	2.000	3.043
Adições	6.972	3.875	1.439	496	137	-	2.290
Baixa	-	-	-	-	-	-	(26)
Custo do imobilizado em 30/09/2011	45.413	14.755	13.623	5.934	3.775	2.000	5.307
Depreciação acumulada a redução ao valor recuperável							
Depreciação acumulada em 31/12/2010	(6.864)	(1.734)	(5.509)	(1.709)	(933)	(227)	-
Despesas de depreciação	(3.483)	(866)	(1.665)	(417)	(277)	(60)	-
Depreciação acumulada em 30/09/2011	(10.347)	(2.600)	(7.174)	(2.126)	(1.210)	(287)	-
Valor líquido do imobilizado em 30/09/2011	35.066	12.155	6.449	3.808	2.565	1.713	5.307

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

Valores contábeis de :	Taxas anuais de amortização	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Projetos de desenvolvimento	33%	36.397	24.517	36.397	24.517
Projetos sistema - ERP	20%	25.124	27.770	25.124	27.770
Licenças de uso	20%	2.354	116	2.354	116
Software	20%	6.288	3.539	6.298	3.560
Outros	-	-	-	3.626	1.173
Ágio em controlada	-	-	-	14.173	14.173
		70.163	55.942	87.972	71.309

	Controladora (BR GAAP)				
	Projetos de desenvolvimento	Projetos sistema - ERP	Licenças de uso	Software	Total
Custo					
Custo do intangível em 31/12/2010	51.283	37.609	2.901	6.418	98.211
Adições	20.515	1.963	3.027	4.456	29.961
Transferências	(1.213)	1.213	-	-	-
Custo do intangível em 30/09/2011	70.585	40.785	5.928	10.874	128.172
Amortização					
Amortização acumulada em 31/12/2010	(26.766)	(9.839)	(2.785)	(2.879)	(42.269)
Despesas de amortização	(7.422)	(5.822)	(789)	(1.707)	(15.740)
Amortização acumulada em 30/09/2011	(34.188)	(15.661)	(3.574)	(4.586)	(58.009)
Valor líquido do intangível em 30/09/2011	36.397	25.124	2.354	6.288	70.163

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Projetos de desenvolvimento	Projetos sistema - ERP	Licenças de uso	Software	Outros	Ágio em controlada
Custo						
Custo do intangível em 31/12/2010	51.283	37.609	2.901	6.460	2.151	14.173
Adições	20.515	1.963	3.027	4.456	2.765	-
Transferências	(1.213)	1.213	-	-	-	-
Custo do intangível em 30/09/2011	70.585	40.785	5.928	10.916	4.916	14.173
Amortização						
Amortização acumulada em 31/12/2010	(26.766)	(9.839)	(2.785)	(2.900)	(978)	-
Despesas de amortização	(7.422)	(5.822)	(789)	(1.718)	(312)	-
Amortização acumulada em 30/09/2011	(34.188)	(15.661)	(3.574)	(4.618)	(1.290)	-
Valor líquido do intangível em 30/09/2011	36.397	25.124	2.354	6.298	3.626	14.173

a) Gastos com Desenvolvimento de Projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as vendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento

Notas Explicativas

têm sua base reduzida em 20% até 2014, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2014. A obrigação de investimentos relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 48.111. De janeiro a setembro de 2011 foram investidos R\$ 33.735. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos.

O investimento refere-se principalmente ao Projeto Portal Educacional, sendo que a amortização do mesmo foi fixada substancialmente em 3 anos com base no histórico de vida útil.

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

b) Ágio

Em dezembro de 2009 a controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 10,01% ao ano.

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Fornecedores - mercado externo	237.322	133.133	312.699	152.663
Fornecedores - mercado interno	49.867	72.376	54.417	75.062
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	16.686	22.886	17.724	24.090
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(2.509)	(1.862)	(2.509)	(1.862)
	<u>301.366</u>	<u>226.533</u>	<u>382.331</u>	<u>249.953</u>

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de softwares da Microsoft. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 60 dias.

Notas Explicativas

15. EMPRÉSTIMOS

		Taxa	Taxa swap	Vencimento	Garantias	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		contratual	em % CDI			30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Ao custo amortizado									
Passivo Circulante									
Capital de Giro		1,4500% aa + VC	85,85%	25/10/2011	Nota promissória	7.022	-	7.022	-
Capital de Giro		1,3500% aa + VC	85,70%	31/10/2011	Nota promissória	20.410	-	20.410	-
Capital de Giro		1,2500% aa + VC	89,95%	3/11/2011	Nota promissória	5.551	-	5.551	-
Capital de Giro		1,9400% aa + VC	83,37%	4/11/2011	Nota promissória	15.522	-	15.522	-
Capital de Giro		1,9500% aa + VC	86,50%	16/11/2011	Nota promissória	12.472	-	12.472	-
Capital de Giro		1,4000% aa + VC	83,45%	23/11/2011	Nota promissória	5.232	-	5.232	-
Capital de Giro		1,2800% a.a. + VC	89,00%	29/11/2011	Nota promissória	13.465	-	13.465	-
Capital de Giro		1,4868% aa + VC	80,75%	5/12/2011	Nota promissória	14.132	-	14.132	-
Capital de Giro		1,4500% aa + VC	88,95%	7/12/2011	Nota promissória	5.832	-	5.832	-
Capital de Giro		1,3970% aa + VC	79,40%	9/12/2011	Nota promissória	7.698	-	7.698	-
Capital de Giro		1,5525% aa + VC	87,15%	12/12/2011	Nota promissória	17.530	-	17.530	-
Capital de Giro		1,6942% a.a. + VC	89,00%	16/12/2011	Nota promissória	37.508	-	37.508	-
Capital de Giro		1,5100% aa + VC	86,95%	19/12/2011	Nota promissória	18.638	-	18.638	-
Capital de Giro		1,5700% aa + VC	81,00%	27/12/2011	Nota promissória	6.009	-	6.009	-
Capital de Giro		2,2900% aa + VC	95,98%	9/1/2012	Nota promissória	3.815	-	3.815	-
Capital de Giro		2,4000% aa + VC	91,98%	3/2/2012	Nota promissória	1.823	-	1.823	-
Capital de Giro		2,4000% aa + VC	92,79%	6/2/2012	Nota promissória	6.791	-	6.791	-
Capital de Giro		1,9800% aa + VC	95,30%	8/2/2012	Nota promissória	7.124	-	7.124	-
Capital de Giro		2,0105% aa + VC	95,10%	13/2/2012	Nota promissória	7.459	-	7.459	-
Capital de Giro		2,2426% aa + VC	97,70%	15/2/2012	Nota promissória	19.218	-	19.218	-
Capital de Giro		2,3150% aa + VC	96,55%	22/2/2012	Nota promissória	26.051	-	26.051	-
Capital de Giro		2,5700% aa + VC	96,90%	27/2/2012	Nota promissória	11.314	-	11.314	-
Capital de Giro		2,5700% aa + VC	95,55%	29/2/2012	Nota promissória	18.468	-	18.468	-
Capital de Giro		1,4800% aa + VC	89,90%	16/11/2011	Nota promissória	-	-	1.073	-
Capital de Giro		1,4100% aa + VC	89,70%	29/11/2011	Nota promissória	-	-	2.528	-
Capital de Giro	Libor 0,3% + 0,777% a.a. + VC		91,28%	11/2/2011	Nota promissória	-	49.794	-	49.794
Capital de Giro	0,9343 % a.a. + VC		90,00%	18/2/2011	Nota promissória	-	34.668	-	34.668
Capital de Giro	0,9343 % a.a. + VC		92,30%	21/2/2011	Nota promissória	-	20.901	-	21.358
Capital de Giro	0,9343 % a.a. + VC		91,00%	25/2/2011	Nota promissória	-	15.638	-	15.638
Capital de Giro	2,18% a.a	N/A		12/11/11 a 03/12/12	Nota promissória	-	-	27.928	-
Arrendamento Mercantil (a)	CDI+3,80% a.a.	N/A		36 meses	-	191	764	191	764
BNDES (b)	4,5% a.a	N/A		15/2/2016	Carta fiança	18.840	576	18.840	576
Antecipação de recebíveis (c)	0,93% do a.m.	N/A		03/01/11 a 18/04/11	Duplicatas	-	185.223	-	185.223
						308.115	307.564	339.644	308.021
Passivo Não Circulante									
BNDES (b)	5,43% a.a	N/A		15/2/2016	Carta fiança	129.159	100.000	129.159	100.000
						129.159	100.000	129.159	100.000
Total de empréstimos e financiamentos						437.274	407.564	468.803	408.021

a) Arrendamento mercantil

Proveniente de Arrendamento Mercantil de equipamentos e serviços conexos para utilização no projeto ERP. Os equipamentos foram registrados no Ativo Imobilizado da Companhia ao seu valor justo e estão sendo depreciados pelo seu uso. O contrato prevê a opção ao final do contrato de compra dos equipamentos por valor simbólico.

b) BNDES

No exercício de 2010 a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até R\$ 147.000, os quais serão direcionados para atividades inovadoras. No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia captou a totalidade do financiamento junto ao BNDES.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

Controladora (BR GAAP)	
Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Ano	RS (mil)
2012	12.765
2013	36.756
2014	36.756
2015	36.756
2016	6.126
Total	129.159

Notas Explicativas

c) Antecipações de recebíveis

No período findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia não possui contratos de cessão de crédito para antecipação de recebíveis. O montante da antecipação em aberto em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 185.223, que foi registrado na rubrica de empréstimos e financiamento e liquidado de acordo com o vencimento das faturas.

16. PROVISÕES DE CURTO E LONGO PRAZO

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	71.345	68.959	76.633	70.766
Provisão para VPC	(b)	13.418	24.681	16.469	25.297
Provisão para comissões	(c)	12.573	19.781	13.002	19.900
Provisão para rebate	(d)	4.275	6.933	4.515	6.948
Provisão para fretes		6.838	5.528	6.970	5.635
Outras provisões		5.311	10.247	5.548	10.268
Cut Off provisões		(1.260)	(1.385)	(1.770)	(1.527)
Sub-total		112.500	134.744	121.367	137.287
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	22.572	33.102	23.721	34.251
		135.072	167.846	145.088	171.538

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para VPC – Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas, aplicadas sobre as faturas emitidas, deduzidas da parcela já paga aos representantes.

Notas Explicativas

d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate, são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais. Os valores dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
IPI	4.385	1.631	4.385	1.631
IRRF	3.240	841	3.238	866
COFINS	88	105	592	291
PIS	19	23	139	67
Outros impostos e contribuições	204	459	1.012	1.530
	7.936	3.059	9.366	4.385

18. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na nota nº 7.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS no período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia registrou o montante de R\$ 29.852 no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida (R\$ 32.651 em 31 de dezembro de 2010), que será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

a) Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentando a seguinte composição:

Notas Explicativas

Ativo	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	31.932	23.446	34.120	24.060
Estoques obsoletos	25.741	14.495	26.564	14.528
Provisão para VPC	4.562	8.392	5.599	8.601
Provisão para comissões	4.275	6.726	4.421	6.766
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	5.949	5.172	6.051	5.172
Provisões obrigações trabalhistas	3.589	3.215	3.595	3.233
Rebate	1.454	2.357	1.535	2.362
AVP	-	-	174	87
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.658	2.619	2.773	2.644
Outras diferenças temporárias	(4.048)	9.690	(5.093)	9.740
	<u>76.112</u>	<u>76.112</u>	<u>79.739</u>	<u>77.193</u>

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais que demonstra lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes suficientes para a realização de tais valores, além da decisão da Administração de distribuir dividendos, em níveis dos montantes distribuídos historicamente, utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de realização	Controladora (BR GAAP)					
	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Imposto de renda	3.446	8.797	13.749	18.336	11.638	55.966
Contribuição social	1.240	3.167	4.949	6.601	4.189	20.146
Total	4.686	11.964	18.698	24.937	15.827	76.112

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

Passivo	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Projetos de desenvolvimento de produtos	8.544	8.206	8.770	8.206
Outras diferenças temporárias	1.667	2.002	2.264	2.631
	10.211	10.208	11.034	10.837

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Desenvolvimentos de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

No período findo em 30 de setembro de 2011 o valor do crédito sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecido é de R\$ 56.128 (R\$ 165.083 de valor base).

b) Corrente

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(113.330)	101.154	(115.681)	102.564
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	38.532	(34.392)	39.332	(34.872)
Exclusão subvenção para investimento	54.977	62.178	58.550	66.044
Exclusão equivalência patrimonial	825	6.439	-	-
Outras exclusões permanentes	(652)	1.020	(631)	1.050
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(93.682)	(60.064)	(94.900)	(58.451)
Receita (Despesa) contabilizada	-	(24.819)	2.351	(26.229)

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.922	13.117	3.753	12.305
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(1.673)	(4.460)	(1.276)	(4.184)
Exclusão subvenção para investimento	16.312	41.095	17.999	43.923
Exclusão equivalência patrimonial	1.043	2.545	-	-
Outras exclusões permanentes	(407)	152	(218)	(1.859)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(15.275)	(39.957)	(15.336)	(37.693)
Receita (Despesa) contabilizada	-	(625)	1.169	187

Notas Explicativas

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

Referem-se basicamente à:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Cível	Tributária	Trabalhista	Total	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.731	6.837	645	15.213	8.030	6.837	645	15.512
Provisões reconhecidas	8.564	886	1.226	10.676	8.564	886	1.226	10.676
Reduções por pagamentos	(7.352)	(355)	(685)	(8.392)	(7.352)	(355)	(685)	(8.392)
Saldo em 30 de setembro de 2011	8.943	7.368	1.186	17.497	9.242	7.368	1.186	17.796

Cível – Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, cível e causas relacionadas a reivindicações movidas pelos consumidores finais sobre produtos e serviços prestados.

Tributária – Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal.

Trabalhista – Processos judiciais em que são discutidas indenizações de cunho trabalhista.

Perda Possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstrados conforme abaixo:

	Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010
Tributárias		
ICMS (a)	33.672	29.193
Outros (b)	164.992	129.202
Trabalhista		
Empregados (c)	1.732	3.236
Cíveis		
Órgão Público (d)	12.149	41.034
Consumidor (e)	4.241	2.408
	<u>216.786</u>	<u>205.073</u>

Tributárias

a) ICMS:

a.1) ICMS - A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade

Notas Explicativas

de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. Estes créditos podem ser passíveis de questionamento pela Secretaria da Fazenda do Paraná, em função do decreto estadual 2.131/2008 ampliado pelo decreto 5.596/2009. Com a referida ampliação, o risco de questionamento foi aumentado para todas as compras realizadas via estados incentivados, que estejam incluídos no decreto 5.596/2009. A Companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudência em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

b) Tributárias - Outros:

- CIDE – Auto de infração exigindo Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE sobre remessas de valores ao exterior a título de royalties sobre softwares, realizadas no ano de 2005.
- II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia nos últimos cinco anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

Trabalhistas

- c) Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações de cunho trabalhista.

Cíveis

- d) Órgãos públicos:

Tribunal de Contas da União – TCU: Processo de Tomada de Contas no qual o TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio econômico financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos – ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Companhia de Correios e Telégrafos – ECT: Ação proposta pela Positivo Informática tendo por objeto anular os procedimentos administrativos que culminaram na aplicação de multas pelos Correios à Companhia, suspender a exigibilidade das multas e evitar a inscrição nos cadastros restritivos do poder público - SICAF, CADIN e similares.

Notas Explicativas

Ministério Público de Araras-SP: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Araras-SP, relativo a aquisição de Lousas Educacionais Interativas, através de Pregão Presencial.

Tribunal do Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP: Processo de Tomada de Contas no qual o TCE-SP analisa a regularidade ou não de contrato firmado em 03/2008 com o FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em virtude de adesão (carona) à Ata da PRODAM - Cia de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

- e) Consumidor: São causas relacionadas a reivindicações movidas pelos consumidores finais sobre produtos e serviços prestados, pleiteando substancialmente a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social é de R\$ 389.000. O total de ações da Companhia é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

Accionistas	Quantidade de ações (unidades)	
	30/9/2011	31/12/2010
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	37.892	37.892
Ações em tesouraria	1.695.508	1.695.508
Ações em circulação	23.973.506	23.973.506
	<u>87.800.000</u>	<u>87.800.000</u>

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de assembléia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

- b) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados
Em 30 de setembro de 2011, diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração detinham 133.978 opções de compra de ações ordinárias da Companhia; 123.314 dessas opções expirarão em 31 de dezembro de 2011 e 10.664 expirarão em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2010, diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração detinham 145.638 opções de compra de ações ordinárias da Companhia; 130.644 dessas opções expirarão em 31 de dezembro de 2011 e 14.994 expirarão em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na nota explicativa nº 29 destas informações contábeis intermediárias.

c) Reserva de capital

	Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010
Reservas de Benefício das opções <i>Stock Option</i>	2.001	1.992
Reservas de Subvenção para investimentos	118.305	118.305
	<u>120.306</u>	<u>120.297</u>

d) Reserva de lucro

	Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais	99.032	212.362
Reserva de lucros	81	81
	<u>99.113</u>	<u>212.443</u>

e) Reservas de subvenção para investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Capital constituída apenas pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

f) Apropriação do Lucro

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social. Em 2009 e 2010 não foi constituída a Reserva Legal, devido a Reserva de Capital exceder 30% do Capital Social conforme artigo 193, § 1º da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente foi transferido para a conta de Reserva de Lucros, de acordo com a proposição da administração.

Notas Explicativas

g) Dividendos

Conforme ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as informações contábeis intermediárias relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011 deliberou a distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório do exercício de 2010, no valor de R\$ 22.299, o que equivale a um valor de R\$ 0,25897643 por ação, a serem pagos aos acionistas em uma única parcela, em 15 de dezembro de 2011, sem correção monetária, consignando-se, nos termos do artigo 134, §4º, da Lei das S.As..

h) Ações em Tesouraria

A reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2008 aprovou o plano de recompra de 600.000 ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, sem redução de capital. O objetivo das operações autorizadas foi o de maximizar a geração de valor para os acionistas.

A Companhia possui um total de 1.695.508 ações em tesouraria adquiridas ao preço médio de R\$ 20,90: (i) para o plano de opções para executivos, (ii) através da realização das opções de venda e (iii) através do programa de recompra. Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de 30 de setembro de 2011, o efeito no patrimônio seria de R\$ 26.297 (R\$ 18.905 em 31 de dezembro de 2010), conforme abaixo:

Ações	Preço médio de aquisição pela Companhia	Preço das ações em 30/09/11	Custo x Cotação de Mercado
1.695.508	20,90	5,39	(26.297)

22. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia nos nove meses e trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e 2010.

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Receita da venda de produtos	1.496.436	1.948.610	1.614.916	1.956.004
Receita de serviços prestados	37.116	37.932	37.116	37.932
	1.533.552	1.986.542	1.652.032	1.993.936

Notas Explicativas

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Receita da venda de produtos	442.206	680.214	530.404	687.423
Receita de serviços prestados	12.489	14.490	12.489	14.490
	<u>454.695</u>	<u>694.704</u>	<u>542.893</u>	<u>701.913</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada nas demonstrações de resultados dos nove meses e trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e 2010:

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Receita Bruta	1.533.552	1.986.542	1.652.032	1.993.936
Menos:				
Impostos sobre vendas	(145.870)	(200.851)	(152.117)	(210.107)
Devoluções e abatimentos	(35.240)	(45.195)	(35.777)	(46.905)
Receita líquida	<u>1.352.442</u>	<u>1.740.496</u>	<u>1.464.138</u>	<u>1.736.924</u>

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Receita Bruta	454.695	694.704	542.893	701.913
Menos:				
Impostos sobre vendas	(35.541)	(65.481)	(38.209)	(69.249)
Devoluções e abatimentos	(13.460)	(14.139)	(13.791)	(14.310)
Receita líquida	<u>405.694</u>	<u>615.084</u>	<u>490.893</u>	<u>618.354</u>

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	993.124	1.109.762	1.084.511	1.088.657
Despesa com pessoal	135.453	159.279	138.752	161.912
Despesas gerais	108.374	94.875	111.395	85.048
Despesa com serviços com terceiros	35.529	49.371	37.051	48.833
Despesa com verba de propaganda cooperada	35.389	54.238	37.923	53.724
Despesa com comissões	33.158	37.665	33.898	38.234
Depreciação e amortização	20.377	15.090	20.947	15.538
Outras despesas operacionais líquidas	86.891	119.876	94.397	125.492
	<u>1.448.295</u>	<u>1.640.156</u>	<u>1.558.874</u>	<u>1.617.438</u>

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	277.704	402.261	349.835	417.451
Despesa com pessoal	37.303	54.133	38.428	54.926
Despesas gerais	17.224	38.607	18.024	50.353
Despesa com serviços com terceiros	11.142	11.709	11.289	10.892
Despesa com verba de propaganda cooperada	12.233	19.078	13.833	18.360
Despesa com comissões	9.275	15.340	9.670	15.548
Depreciação e amortização	7.038	5.065	7.264	5.225
Outras despesas operacionais líquidas	18.383	53.143	23.112	31.089
	<u>390.302</u>	<u>599.336</u>	<u>471.455</u>	<u>603.844</u>

Notas Explicativas

A Companhia com auxílio de assessoria externa especializada completou em 30 de setembro de 2011 uma profunda reestruturação de sua estrutura de pós-venda, visando maior eficiência na administração de seus estoques, principalmente aqueles destinados a suprir seu parque de máquinas em garantia e melhorar a qualidade de atendimento a seus clientes. Como principais medidas dessa reestruturação, a Companhia decidiu descredenciar um número significativo de prestadores de serviços e definiu uma nova forma de comercializar máquinas recebidas em devolução/troca.

Como consequência dessas medidas, durante o trimestre findo em 30 de junho de 2011, a companhia aprimorou seus critérios de mensuração da provisão para perdas com estoques, buscando refletir na estimativa desta provisão o novo modelo de gestão adotado para os estoques. A aplicação dessa nova metodologia resultou um ajuste de aproximadamente R\$ 51,9 milhões no saldo da provisão para perdas com estoques e baixa de estoques em aproximadamente R\$ 42,8 milhões.

24. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são os seguintes: vendas ao varejo, vendas a entidades governamentais, vendas ao mercado corporativo e vendas de tecnologia educacional. Destes, são seguimentos reportáveis os segmentos Varejo e Governo. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

24.1. Receita e resultados dos segmentos

	Nove meses findos em			
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	30/9/2011		30/9/2010	
	Varejo	Governo	Varejo	Governo
Receita líquida de vendas	1.026.315	314.299	1.064.210	567.505
Custo dos serviços prestados	(822.667)	(251.934)	(743.751)	(396.615)
Lucro bruto	203.648	62.365	320.459	170.890
Despesas operacionais	(270.055)	(82.702)	(247.251)	(131.850)
Resultado antes do resultado financeiro	(66.407)	(20.337)	73.208	39.040
Resultado financeiro líquido	(14.682)	(4.496)	(10.368)	(5.529)
Lucro/(prejuízo) antes dos efeitos tributários	(81.089)	(24.833)	62.840	33.511
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	1.648	505	(16.070)	(8.570)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(79.441)	(24.328)	46.770	24.941

Notas Explicativas

	Trimestres findos em			
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	30/9/2011		30/9/2010	
	Varejo	Governo	Varejo	Governo
Receita líquida de vendas	354.257	97.033	368.040	215.254
Custo dos serviços prestados	(269.450)	(73.804)	(270.780)	(158.370)
Lucro bruto	84.807	23.229	97.260	56.884
Despesas operacionais	(70.779)	(19.387)	(88.624)	(51.833)
Resultado antes do resultado financeiro	14.028	3.842	8.636	5.051
Resultado financeiro líquido	(11.319)	(3.100)	(1.312)	(768)
Lucro/(prejuízo) antes dos efeitos tributários	2.709	742	7.324	4.283
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	844	231	111	65
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	3.553	973	7.435	4.348

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos divulgáveis com as receitas totais da Companhia é como segue:

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Receita líquida de vendas da Companhia				
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.340.614	1.631.715	451.290	583.294
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	123.524	105.209	39.603	35.060
	1.464.138	1.736.924	490.893	618.354

A conciliação entre o total do lucro líquido do período dos segmentos divulgáveis com as receitas totais da Companhia é como segue:

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Lucro/(prejuízo) líquido do período da Companhia				
Lucro/(prejuízo) líquido do período dos segmentos reportáveis	(103.769)	71.711	4.526	11.783
Lucro/(prejuízo) líquido do período dos segmentos não reportáveis	(9.561)	4.624	396	709
	(113.330)	76.335	4.922	12.492

A receita dos segmentos apresentada anteriormente corresponde à receita gerada pelos clientes externos.

As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia (descritas na nota explicativa nº 2). O lucro do segmento corresponde ao lucro auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

24.2. Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Produtos				
Desktops	734.189	1.059.017	193.179	358.677
Notebooks	646.051	621.900	242.418	240.448
Outros	83.898	56.007	55.296	19.229
	1.464.138	1.736.924	490.893	618.354

Notas Explicativas

24.3. Ativos por segmento

Os ativos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de computadores para atender aos segmentos de vendas.

24.4. Informações geográficas

No período findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 59.437 de vendas para o mercado externo (R\$ 771 no período findo em 30 de setembro de 2010). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

24.5. Informações sobre principais clientes

Dois clientes da Companhia foram responsáveis individualmente por mais de 10% da receita líquida total no período de nove meses de 2011.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Receitas financeiras				
AVP clientes	18.850	17.521	19.979	18.207
Rendimento aplicação financeira	8.655	476	8.655	476
Descontos obtidos com fornecedores	1.929	1.883	1.963	1.903
Outras	275	616	279	622
	<u>29.709</u>	<u>20.496</u>	<u>30.876</u>	<u>21.208</u>
Despesas financeiras				
AVP fornecedores	(15.288)	(14.177)	(15.288)	(14.177)
Juros sobre empréstimos	(17.576)	(10.977)	(17.623)	(10.977)
Despesa antecipação de recebíveis	(2.181)	(9.763)	(2.181)	(9.764)
Imposto sobre operações financeiras	(416)	-	(418)	-
Outros	(1.964)	(5.213)	(2.186)	(5.362)
	<u>(37.425)</u>	<u>(40.130)</u>	<u>(37.696)</u>	<u>(40.280)</u>
Total das receitas e despesas financeiras	<u>(7.716)</u>	<u>(19.634)</u>	<u>(6.820)</u>	<u>(19.072)</u>
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	6.659	9.094	6.659	9.094
Perda na cobertura cambial	(4.596)	(8.631)	(4.596)	(8.631)
Ganho na variação cambial	18.994	35.088	20.923	37.437
Perda na variação cambial	(33.243)	(34.042)	(37.111)	(35.750)
	<u>(12.186)</u>	<u>1.509</u>	<u>(14.125)</u>	<u>2.150</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(19.902)</u>	<u>(18.125)</u>	<u>(20.945)</u>	<u>(16.922)</u>

Notas Explicativas

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Receitas financeiras				
AVP clientes	6.371	7.996	6.867	8.462
Rendimento aplicação financeira	6.843	259	6.843	259
Descontos obtidos com fornecedores	1.304	1.834	1.303	1.835
Outras	106	239	108	244
	14.624	10.328	15.121	10.800
Despesas financeiras				
AVP fornecedores	(6.479)	(5.257)	(6.479)	(5.257)
Juros sobre empréstimos	(8.227)	(3.968)	(8.267)	(3.968)
Despesa antecipação de recebíveis	-	(3.658)	-	(3.659)
Imposto sobre operações financeiras	(50)	1.524	(51)	1.524
Outros	(558)	(3.000)	(719)	(3.019)
	(15.314)	(14.359)	(15.516)	(14.379)
Total das receitas e despesas financeiras	(690)	(4.031)	(395)	(3.579)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	6.155	(141)	6.155	(141)
Perda na cobertura cambial	(115)	(4.962)	(115)	(4.962)
Ganho na variação cambial	8.344	12.414	8.534	13.747
Perda na variação cambial	(27.002)	(6.567)	(29.864)	(7.270)
	(12.618)	744	(15.290)	1.374
Resultado financeiro líquido	(13.308)	(3.287)	(15.685)	(2.205)

26. SEGUROS – CONSOLIDADO

Em 30 de setembro de 2011, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Incêndio, explosão, colisão veículos e riscos diversos	277.970	01/04/2011 a 01/04/2012
Riscos Nomeados e Operacionais	Roubo e furto de bens e estoques	215.620	01/04/2011 a 01/04/2012
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	12.000	30/09/2011 a 30/09/2012
Lucros Cessantes	Vendas de computadores e prestação de serviços	2.000.000	01/10/2011 a 01/10/2012

Notas Explicativas

27. LUCRO POR AÇÃO

		Nove meses findos em	
		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/9/2011	30/9/2010
<u>Básico</u>			
Numerador básico			
Lucro/(prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	(113.330)	76.335	
Denominador básico			
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.104	86.042	
Lucro/(prejuízo) por ação - Básico	(1,3162)	0,8872	
<u>Diluído</u>			
Numerador diluído			
Lucro/(prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	(113.330)	76.335	
Denominador diluído			
Média ponderada das ações ordinárias	86.104	86.042	
Lucro/(prejuízo) por ação - Diluído	(1,3162)	0,8872	

		Trimestres findos em	
		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/9/2011	30/9/2010
<u>Básico</u>			
Numerador básico			
Lucro/(prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	4.922	12.492	
Denominador básico			
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.104	87.010	
Lucro/(prejuízo) por ação - Básico	0,0572	0,1436	
<u>Diluído</u>			
Numerador diluído			
Lucro/(prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	4.922	12.492	
Denominador diluído			
Média ponderada das ações ordinárias	86.104	87.010	
Lucro/(prejuízo) por ação - Diluído	0,0572	0,1436	

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

		Nove meses e trimestres findos em	
		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/9/2011	30/9/2010
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	86.104	86.042	
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:			
Opções de empregados	-	-	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	86.104	86.042	

Notas Explicativas

As seguintes ações ordinárias potenciais são antidilutivas e, portanto, foram excluídas da quantidade média ponderada de ações ordinárias para o cálculo do lucro diluído por ação:

	30/9/2011	30/9/2010
Opções de empregados	134	205

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A política de derivativos da Companhia tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Administração não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, excluindo qualquer intenção em alavancar seus resultados financeiros. Em 2007, a Companhia passou a praticar operações de opção de compra de dólar e, a partir de 2008, passou a praticar também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados.

Adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos:

A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.

O montante e tipo de modalidade (opção de compra ou NDF) a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.

Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares e estão apresentadas conforme orientações contidas na deliberação CVM 550/08.

Notas Explicativas

28.1. Índice de endividamento

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Dívida Líquida				
Dívida (a)	402.294	404.763	48.975	433.823
Caixa e saldos de bancos	310.546	89.591	323.279	89.817
	91.748	315.172	(274.304)	344.006
Patrimônio Líquido (b)	573.029	686.310	573.029	686.310
Índice endividamento líquido	0,16	0,46	(0,48)	0,50

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo recebível das operações de swap vinculadas aos empréstimos.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

28.2. Categoria de instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter efeito relevante nos valores de realização estimados.

Ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas a receber são classificadas como empréstimos e recebíveis. Seus respectivos valores contábeis se aproximam de seus valores de mercado.

Passivos financeiros não derivativos: Os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, são classificadas como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e seus respectivos valores contábeis se aproximam com os seus valores de mercado (com exceção do empréstimo captado junto ao BNDES, cujo valor contábil em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 147.999 e o valor justo é de R\$ 129.424).

28.3. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os “swaps” são mensurados pelo valor

Notas Explicativas

presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e swaps de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

28.4. Contratos futuros de moeda

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia não possuía opções de compra de dólar.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor lastreado, em operações de opções, era de USD 5.100 mil e o prêmio era de R\$ 78.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia possui operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) de compra de dólar como segue:

Data da Contratação	Data de vencimento	ContraParte	Valor lastreado USD mil	Cotação Alvo	30/9/2011	Resultado Líquido a Receber/(Pagar) (R\$) Mil
31/ago/11	4/out/11	BRASIL	1.000	1,5977	1,8544	257
31/ago/11	7/out/11	BRASIL	870	1,6000	1,8544	221
31/ago/11	11/out/11	BRADESCO	565	1,6008	1,8544	143
31/ago/11	14/out/11	BRADESCO	1.830	1,6019	1,8544	462
31/ago/11	18/out/11	BRASIL	1.010	1,6025	1,8544	254
31/ago/11	21/out/11	BRASIL	45	1,6056	1,8544	11
31/ago/11	25/out/11	BRADESCO	550	1,6059	1,8544	137
31/ago/11	28/out/11	BRASIL	630	1,6070	1,8544	156
Total			6.500			1.641

Em 31 de dezembro de 2010, o valor lastreado, em operações de NDF's, era de USD 28.800 mil e o resultado líquido a pagar era de R\$ 1.008.

O resultado líquido a receber foi registrado no resultado financeiro, a débito do saldo de fornecedores, tendo em vista o vínculo do instrumento com este saldo.

Os contratos de compra de opções e NDF foram firmados com bancos de primeira linha, sem opção de negociação até a data de vencimento.

Tais contratos também não exigem margens de garantia.

A exposição cambial da Companhia em 30 de setembro de 2011 com compras internalizadas e compras em trânsito é de USD 141.928 mil cobertos parcialmente pelos instrumentos financeiros anteriormente indicados. Adicionalmente, para suportar os fluxos de caixa projetados para licitações do governo que somam exposição cambial estimada de USD 53.061 mil, a Companhia contratou cobertura parcial com contratos de NDFs. O total de cobertura cambial é de USD 6.500 mil, restando uma exposição cambial líquida estimada de USD 188.489 mil.

Notas Explicativas

Até 30 de setembro de 2011 e 2010 a Companhia obteve os seguintes ganhos e perdas nas suas operações com instrumentos financeiros:

Nove meses findos em						
Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
Instrumento	30/9/2011			30/9/2010		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
NDF	6.659	(2.911)	3.748	9.094	(8.109)	985
Opções	-	(1.685)	(1.685)	-	(522)	(522)
Total	6.659	(4.596)	2.063	9.094	(8.631)	463

Trimestres findos em						
Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
Instrumento	30/9/2011			30/9/2010		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
NDF	6.155	212	6.367	(141)	(4.654)	(4.795)
Opções	-	(327)	(327)	-	(308)	(308)
Total	6.155	(115)	6.040	(141)	(4.962)	(5.103)

Os resultados apresentados na tabela acima estão registrados no resultado financeiro, conforme apresentado na nota nº 25.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia, conforme requerida pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção cambial em aberto em 30 de setembro de 2011:

Análise de sensibilidade - Ganho/(Perda)							
Operação	Taxas	Valor USD	Provável R\$	Possível (Baixa) R\$	Remoto (Baixa) R\$	Possível (Alta) R\$	Remoto (Alta) R\$
			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
Cenário			(Bacen)	-25%	-50%	25%	50%
Taxa Dólar (cenário)			1,7700	1,3275	0,8850	2,2125	2,6550
Efeito Caixa							
Compras:	(Fechamento)						
Compras internalizadas	1,8544	118.651	10.014	62.517	115.020	(42.489)	(94.992)
Compras em trânsito	1,8544	23.277	1.965	12.265	22.565	(8.335)	(18.636)
Projetos de governo (estimado)	1,8544	53.061	4.478	27.958	51.437	(19.001)	(42.481)
Compras totais estimadas (exterior)	1,8544	194.989	16.457	102.740	189.022	(69.825)	(156.109)
Cobertura cambial:	(Contratada)						
Opções de compra de dólares	-	-	-	-	-	-	-
Non Deliverable Forward - NDF	1,6027	6.500	1.088	(1.789)	(4.665)	3.964	6.840
Cobertura total		6.500	1.088	(1.789)	(4.665)	3.964	6.840
Exposição líquida estimada (C/compras em Trânsito)		188.489					
Resultado líquido estimado (C/compras em Trânsito)			17.545	100.951	184.357	(65.861)	(149.269)
Exposição líquida estimada (S/compras em Trânsito)		165.212					
Resultado líquido estimado (S/compras em Trânsito)			15.580	88.686	161.792	(57.526)	(130.633)
Efeito apropriado ao resultado até 30 de setembro de 2011 (NDF + Opções)			2.063	2.063	2.063	2.063	2.063
Resultado estimado da operação menos o efeito apropriado até 30/09/2011 (C/compras em Trânsito e Projetos de governo)			15.482	98.888	182.294	(67.924)	(151.332)
Resultado estimado da operação menos o efeito apropriado até 30/09/2011 (S/compras em Trânsito e projetos de governo)			13.517	86.623	159.729	(59.589)	(132.696)

Notas Explicativas

- a) O cenário provável reflete as cotações do BACEN – Banco central do Brasil, em 30 de setembro de 2011.
- b) O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.
- c) O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.
- d) O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.
- e) O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

As compras totais são compostas de compras já internalizadas e de compras em trânsito. A Administração entende que as compras em trânsito no momento da internalização podem produzir resultado diferente do apresentado.

Vale ressaltar que os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade acima refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 30 de setembro de 2011. O dinamismo do mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição atual. Em caso de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos visando maximizar a relação risco retorno para a Companhia.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações contábeis intermediárias, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2011, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

28.5. Contratos de “Swap”

Contratos em aberto que recebem variação cambial e pagam taxas de juros pós-fixadas	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Taxa prefixada média contratada (% do CDI)		Valor nominal		Valor justo líquido	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Menos de um ano	89,32	91,05	253.548	116.810	34.980	2.801
			<u>253.548</u>	<u>116.810</u>	<u>34.980</u>	<u>2.801</u>

Os “swaps” são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos “swaps” corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Notas Explicativas

Todos os contratos de “swaps” que trocarem variação cambial por taxa de juros foram contratados para reduzir a exposição do fluxo de caixa da Companhia resultante da variação cambial dos empréstimos. Os pagamentos dos contratos de “swaps” e dos juros dos empréstimos ocorrem simultaneamente e o valor é reconhecido no resultado do exercício.

O saldo em aberto nas operações de swap está reconhecido em conta específica – Crédito de instrumentos financeiros, no balanço patrimonial.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia, conforme requerida pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção de taxas de juros em aberto em 30 de setembro de 2011:

Análise de sensibilidade - Ganho/(Perda)							
Operação	Taxas	Valor Nominal	Provável	Possível (Baixa)	Remoto (Baixa)	Possível (Alta)	Remoto (Alta)
Cenário	89,32		(a) (Cetip)	(b) -25%	(c) -50%	(d) 25%	(e) 50%
Swap		253.548	34.980	26.235	17.490	43.725	52.470
Cobertura total		<u>253.548</u>	<u>34.980</u>	<u>26.235</u>	<u>17.490</u>	<u>43.725</u>	<u>52.470</u>

- O cenário provável reflete as taxas do CDI em 30 de setembro de 2011.
- O cenário possível de baixa é representado pela redução da taxa do CDI de 25% em relação à taxa em 30 de setembro de 2011.
- O cenário remoto de baixa é representado pela redução da taxa do CDI de 50% em relação à taxa em 30 de setembro de 2011.
- O cenário possível de alta é representado pelo aumento da taxa do CDI de 25% em relação à taxa em 30 de setembro de 2011.
- O cenário remoto de alta é representado pelo aumento da taxa do CDI de 50% em relação à taxa em 30 de setembro de 2011.

Vale ressaltar que os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade acima refletem os impactos para cada cenário numa posição estática das operações de “swaps” para o dia 30 de setembro de 2011. O dinamismo do mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição atual. Em caso de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos visando maximizar a relação risco retorno para a Companhia.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações contábeis intermediárias, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2011, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos

Notas Explicativas

valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

28.5.1. Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A nota explicativa nº 28.5.3 inclui linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

28.5.2. Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros

Controladora (BR GAAP)						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro de 2011						
Fornecedores	244.981	56.309	2	74	-	301.366
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	77,55	24.248	147.819	113.108	54.163	457.488
Partes relacionadas	-	957	-	9.186	-	10.143
	269.229	205.085	118.152	122.368	54.163	768.997
31 de dezembro de 2010						
Fornecedores	126.205	92.390	7.862	76	-	226.533
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	79,42	131.176	175.094	108.102	4.195	422.615
Partes relacionadas	-	806	-	28.565	-	29.371
	257.381	268.290	11.910	136.743	4.195	678.519
Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro de 2011						
Fornecedores	276.125	104.953	1.179	74	-	382.331
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	77,55	24.248	151.469	113.108	54.163	461.138
Partes relacionadas	-	957	-	-	-	957
	300.373	257.379	119.329	113.182	54.163	844.426
31 de dezembro de 2010						
Fornecedores	134.625	105.890	9.362	76	-	249.953
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	79,42	131.176	175.103	108.102	4.195	422.624
Partes relacionadas	-	818	-	-	-	818
	265.801	281.811	13.410	108.178	4.195	673.395

Notas Explicativas

Positivo Informática S.A.

Ativos financeiros

Controladora (BR GAAP)					
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro de 2011					
Caixa e bancos	-	21.331	-	-	21.331
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,36	289.215	-	-	289.215
Contas a receber de clientes	95,70	209.317	152.897	12.854	375.144
Partes relacionadas	-	-	3.922	15.373	19.295
		519.863	152.897	15.449	704.985
31 de dezembro de 2010					
Caixa e bancos	-	6.712	-	-	6.712
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,00	82.879	-	-	82.879
Contas a receber de clientes	106,4	339.835	278.186	5.662	623.752
Partes relacionadas	-	-	942	19.333	20.275
		429.426	278.186	19.402	733.618

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro de 2011					
Caixa e bancos	-	34.064	-	-	34.064
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,70	289.215	-	-	289.215
Contas a receber de clientes	95,70	247.634	179.965	12.981	440.657
Partes relacionadas	-	-	15.430	-	15.430
		570.913	179.965	28.411	779.366
31 de dezembro de 2010					
Caixa e bancos	-	6.938	-	-	6.938
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	101	82.879	-	-	82.879
Contas a receber de clientes	106,4	340.944	280.526	6.838	628.377
Partes relacionadas	-	-	942	-	942
		430.761	280.526	7.780	719.136

A tabela a seguir mostra em detalhes a análise de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com as entradas (saídas) de recursos líquidos e não descontadas dos instrumentos derivativos que permitem liquidação pelo valor líquido e com as entradas (saídas) de recursos brutos desses derivativos que exigem a liquidação pelo valor bruto. Quando o valor a pagar ou receber não é fixo, o valor apresentado é determinado com base nas taxas de juros projetadas conforme demonstrado pelas curvas de desempenho existentes no encerramento do período.

Controladora (BR GAAP)		
Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
De um a três meses	De três meses a um ano	Total
R\$	R\$	R\$
30 de setembro de 2011		
"Swaps"	29.520	5.460
NDFs	1.641	-
	31.161	36.621
31 de dezembro de 2010		
"Swaps"	2.801	-
NDFs	1.008	-
	3.809	3.809

Notas Explicativas

Positivo Informática S.A.

28.5.3. Linhas de financiamentos

	Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2011	31/12/2010
Conta garantida não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação		
Utilizada	-	-
Não utilizada	8.000	4.000
	8.000	4.000

29. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

- a) Opção de Compra de Ações da Companhia para diretores e gerentes conforme a descrição dos planos abaixo:

Plano I												
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 30/09/2011	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 30/09/2011	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	2007	2008	2009	2010	2011
1	-	11/12/2006	2009	-	6/9/2007	3,2650	500	121	379	-	-	-
2	-	Média Dez.2008	2010	-	6/9/2007	10,0614	1.455	32	100	1.323	-	-
3	112.650	Média Dez.2009	2011	22,46	6/9/2007	13,8141	1.888	31	98	1.267	489	-
Plano II												
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 30/09/2011	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 30/09/2011	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	2007	2008	2009	2010	2011
1	-	Média Dez.2008	2010	-	28/8/2008	1,3257	36	-	12	25	-	-
2	10.664	Média Dez.2009	2011	23,33	28/8/2008	2,5195	61	-	9	31	21	-
3	10.664	Média Dez.2010	2012	9,85	28/8/2008	3,5323	73	-	8	31	21	9
Despesa Total Apropriada								184	606	2.677	531	9

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de novembro de 2006 aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia para diretores e gerentes selecionados, bem como para outros participantes designados pelo Conselho de Administração.

O plano I, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2007, totalizava originalmente 459.500 opções e era dividido em três lotes iguais. Em 30 de setembro de 2011, atualizado com o desligamento de alguns beneficiários, exercícios ocorridos, assim como o vencimento do prazo de exercício dos lotes 1 e 2, que ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e 2010, respectivamente, o total de opções é de 112.650.

Até 30 de setembro de 2009 a Companhia divulgou os cálculos projetados de efeito do exercício das opções com base no custo médio ponderado considerando a cronologia de aquisição das ações para cada lote de opções. A partir de 01 de outubro de 2009 a Companhia está utilizando para os cálculos projetados de efeito do exercício das opções o custo médio total das ações adquiridas em tesouraria, com base na Instrução CVM nº 10 de 1980, que dispõe sobre o valor de alienação ou cancelamento das ações em tesouraria.

O preço de exercício do primeiro lote foi definido em R\$ 23,50, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 11 de dezembro de 2006 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O período de exercício deste primeiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009, o qual foi

Notas Explicativas*Positivo Informática S.A.*

encerrado sem nenhum exercício de opção. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O preço de exercício do segundo lote foi definido em R\$ 7,50, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O período de exercício deste segundo lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, sendo que foram exercidas 105.982 opções. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O preço de exercício do terceiro lote, o qual atualmente conta com 112.650 opções em aberto foi definido em R\$ 21,10, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O terceiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as opções em aberto fossem exercidas em 30 de setembro de 2011, o efeito no patrimônio e no resultado seria uma receita de R\$ 176, conforme abaixo:

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de aquisição pela Companhia	Preço de exercício em 30/09/2011	Receita da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano I/Lote 3	112.650	20,90	22,46	176

O plano II, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, totalizava originalmente 89.000 opções e era dividido em três lotes iguais. Em 30 de setembro de 2011 atualizado com o desligamento de alguns beneficiários e exercícios ocorridos, o total de opções é 21.328.

O preço de exercício do primeiro lote foi definido em R\$ 7,50, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O período de exercício deste primeiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, sendo que foram exercidas 23.010 opções. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O preço de exercício do segundo lote, o qual atualmente conta com 10.664 opções em aberto foi definido em R\$ 21,10, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O segundo lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as opções em aberto fossem exercidas em 30 de setembro de 2011, o efeito no patrimônio e no resultado seria uma receita de R\$ 26, conforme abaixo:

Notas Explicativas*Positivo Informática S.A.*

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de aquisição pela Companhia	Preço de exercício em 30/09/2011	Receita da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano II/Lote 2	10.664	20,90	23,33	26

O preço de exercício do terceiro lote, o qual atualmente conta com 10.664 opções em aberto foi definido em R\$ 9,71, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2010 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. Este terceiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as opções em aberto fossem exercidas em 30 de setembro de 2011, o efeito no patrimônio e no resultado seria uma despesa de R\$ 118, conforme abaixo:

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de aquisição pela Companhia	Preço de exercício em 30/09/2011	Despesa da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano II/Lote 3	10.664	20,90	9,85	118

Pelo fato da Companhia ter adquirido ações para fazer frente às opções eventualmente exercidas, não haverá diluição de participação dos acionistas quando do exercício das opções.

As premissas utilizadas para precificação das opções se deram pelo modelo de Black-Scholes.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO POSIÇÃO EM 30/09/2011				
Acionistas:	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	62.093.094	70,72%	62.093.094	70,72%
Administradores	37.892	0,04%	37.892	0,04%
Conselho de administração	8.006	0,01%	29.886	0,03%
Diretoria	29.886	0,03%	8.006	0,01%
Ações em Tesouraria	1.695.508	1,93%	1.695.508	1,93%
Outros Acionistas	23.973.506	27,30%	23.973.506	27,30%
Total	87.800.000	100,00%	87.800.000	100,00%
Ações em Circulação	23.973.506	27,30%	23.973.506	27,30%

* 1 (uma) ação pertence a um Conselheiro não eleito pelo grupo Controlador.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO POSIÇÃO EM 30/09/2010				
Acionistas:	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	62.093.094	70,72%	62.093.094	70,72%
Administradores	24.449	0,03%	24.449	0,03%
Conselho de administração	8.006	0,01%	8.006	0,01%
Diretoria	16.443	0,02%	16.443	0,02%
Ações em Tesouraria	1.728.340	1,97%	1.728.340	1,97%
Outros Acionistas	23.954.007	27,28%	23.954.007	27,28%
Total	87.800.000	100,00%	87.800.000	100,00%
Ações em Circulação	23.954.117	27,28%	23.954.117	27,28%

* 1 (uma) ação pertence a um Conselheiro não eleito pelo grupo Controlador.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA POSIÇÃO EM 30/09/2011				
Acionistas:	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Cixares Líbero Vargas	12.418.618	14,14%	12.418.618	14,14%
Hélio Bruck Rotenberg	12.418.619	14,14%	12.418.619	14,14%
Ruben T.C. Formighieri	12.418.619	14,14%	12.418.619	14,14%
Ações em Tesouraria	1.695.508	1,93%	1.695.508	1,93%
Outros Acionistas	48.848.636	55,64%	48.848.636	55,64%
Total	87.800.000	100,00%	87.800.000	100,00%

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Conselheiros de Administração e Diretores da
POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Positivo Informática S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - R e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 08 de novembro de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Fernando de Souza Leite
Auditores Independentes	Contador
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR	CRC n.º 1 PR-050.422/O-3